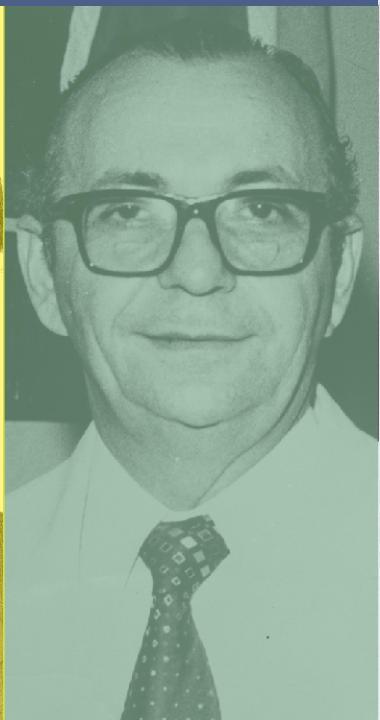


LUIZ GARCIA GILTON GARCIA GARCIA NETO

GOVERNADORES EM TRÊS
ESTADOS DO BRASIL

JOSÉ ANDERSON NASCIMENTO



EDISE



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

Governador

Belivaldo Chagas Silva

Vice-Governadora

Eliane Aquino Custódio

Secretário de Estado do Governo

José Carlos Felizola Soares Filho



SEGRASE - SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE

Diretor-Presidente

Francisco de Assis Dantas

Diretor Administrativo-financeiro

Jecson Leo de Souza Araujo

Diretor Industrial

Mílton Alves



EDISE

EDISE - EDITORA DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE

Gerente Editorial

Jeferson Pinto Melo

Conselho Editorial

Ezio Christian Déda Araújo

Irineu Silva Fontes

João Augusto Gama da Silva

Jorge Carvalho do Nascimento

José Anselmo de Oliveira

Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

LUIZ GARCIA GILTON GARCIA GARCIA NETO

GOVERNADORES EM TRÊS
ESTADOS DO BRASIL

JOSÉ ANDERSON NASCIMENTO



EDISE

Aracaju, 2022

Copyright©2022 by José Anderson Nascimento

Projeto gráfico e capa
Adilma Menezes

Tratamento de imagens
Jadilson Simões

Revisão
Yuri Gagarin

Pré-Impressão
Dalmo Macedo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nascimento, José Anderson

Luiz Garcia : Gilton Garcia : Garcia Neto

[livro eletrônico] : governadores em três estados
do Brasil / José Anderson Nascimento. -- 1. ed. --
Aracaju, SE : Segrase, 2022.

PDF.

ISBN 978-65-86004-81-6

1. Amapá - Política e governo 2. Garcia, Gilton
3. Garcia Neto, José, 1922-2009 4. Garcia, Luiz,
1910-2001 5. Governadores - Brasil - Biografia
6. Mato Grosso - Política e governo 7. Sergipe -
Política e governo I. Título.

22-120756

CDD-320.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Governadores : Biografia 320.981

Editora filiada



Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe - EDISE
Rua Propriá, 227 - Centro
49010-020 - Aracaju - Sergipe
Tel. +55 (79) 3205 7421 / 3205 7420
edise@segrase.se.gov.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
----------	---

LUIZ GARCIA

Homenagem a Luiz Garcia	13
Discurso na Assembleia	23
A industrialização e o desenvolvimento de Sergipe	34
Estação Rodoviária Governador Luiz Garcia	41
O Museu de Sergipe	46
O petróleo e a vitória de Sergipe	48
Instalação da Arquidiocese de Aracaju	49
Inauguração de Brasília	51
O êxodo rural e a eleição de Jânio Quadros	53
Faculdade de Medicina de Sergipe	56
Assistência Social	59
Banese	60
Centro de Reabilitação Ninota Garcia	61
Aeroporto de Aracaju	63
Hotel Palace	63

JOSÉ GARCIA NETO

Homenagem a José Garcia Neto	65
Centro de Reabilitação Integral Dom Aquino Corrêa	85

GILTON GARCIA

Homenagem a Gilton Garcia	91
O governador Gilton Garcia recebe o presidente	
Fernando Collor no aeroporto de Macapá	100
O Zerão	102
O educador Gilton Garcia e a Fundação da Universidade	115
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 121

PREFÁCIO

Em nosso país, tradições familiares fazem com que muitas gerações exerçam influências em suas comunidades.

Empresas de famílias desenvolvem seus empreendimentos, acompanhando as evoluções tecnológicas, gerando riquezas compartilhadas pela população de seu estado e empregos para seus conterrâneos, por muitas décadas.

Exemplos vários são demonstrados, seguidamente, em nossa mídia, de pessoas que aqui chegaram, muitas vezes passando dificuldades financeiras, e, fruto de seu esforço pessoal, fazem fortuna e transformam seus negócios em sucessos empresariais que se perpetuam até os tempos atuais.

Outros, dedicam-se ao estudo e às atividades intelectuais, passando para seus herdeiros uma herança extraordinária, que é o conhecimento, compartilhado com seus concidadãos, através da arte, da literatura e outras manifestações de uma invejável veia artística, como as artes plásticas e a pintura.

Muitas vezes, através da doação de seus esforços, outras famílias se dedicam à Política. Impulsionados pelo desejo de contribuir para a solução dos incontáveis problemas de suas comunidades, buscam, nas atividades legislativas ou executivas, influir e apontar rumos para o progresso de seu povo. Assim, criam-se tradições de clãs que se sucedem no exercício de mandatos legislativos e cargos no Executivo, por várias décadas. Na maioria das vezes, no mesmo município e estado de nascimento de seus familiares.

O livro, que tenho a honra de prefaciар, mostra outro exemplo: pessoas com o mesmo vínculo familiar, que se dedicam à Política, exercendo o Poder máximo do Executivo de três diferentes Unidades Federativas.

Oriundos do mesmo estado de Sergipe e levados por interesses diferenciados ou por indicação do Governo Federal, Luiz Garcia, Garcia Neto e Gilton Garcia foram governadores de Sergipe, Mato Grosso e do Território de Amapá, hoje alçado a estado.

Melhor ainda, todos, ao término de suas missões, apresentando elevado saldo de realizações e alto índice de aprovação popular. Luiz Garcia assume o governo do estado de Sergipe em 31 de janeiro de 1959. Oriundo da Câmara dos Deputados, apresentava como metas de seu governo, entre outras, a industrialização, a melhoria das atividades agrícolas e a exploração dos recursos naturais do estado: minerais e petróleo. Em uma época conturbada da vida política nacional, clamava, também, pela conciliação de adversários políticos, propondo a união de todas as lideranças, em prol do desenvolvimento maior do estado.

Entre outras realizações, seu governo criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado de Sergipe, atraindo a atenção de industriais do Sudeste, que lá implantaram suas indústrias. No seu governo, a descoberta do poço pioneiro de petróleo de Pacatuba trouxe mais possibilidades de desenvolvimento para o estado.

O Museu de Sergipe, a Estação Rodoviária de Aracaju, a criação da Faculdade de Medicina de Sergipe, a construção de rodovias, a criação da Empresa Energética de Sergipe e a construção de escolas e unidades de saúde foram outras de suas inúmeras realizações.

O livro mostra a efervescência da política nacional no período de governo de Luiz Garcia e a sua participação na campanha presidencial que culminou com a vitória de Jânio Quadros, em 03 de outubro de 1960, e, posteriormente, na condução do estado, du-

rante a grave crise política da renúncia de Jânio, sete meses depois de empossado.

O segundo governador citado é o engenheiro civil José Garcia Neto. Após o início de sua carreira no Rio de Janeiro, em 1945, assumiu a direção da empresa em que trabalhava, em Cuiabá-MT.

Entusiasmando-se pela região Centro-Oeste, Garcia Neto, decidiu trabalhar em prol de seu desenvolvimento sócio cultural, a par de suas atividades profissionais, com várias e significativas obras construídas no estado.

No Serviço Público, ocupou o cargo de Diretor de Obras Públicas do Estado de Mato Grosso, e pela antiga União Democrática Nacional (UDN) elegeu-se para vários mandatos legislativos.

Em 1954, foi eleito prefeito de Cuiabá, tomando posse em janeiro de 1955. Ao término do mandato de prefeito, em 1958, foi convidado por Luiz Garcia, seu irmão, para dirigir o Departamento de Estradas de Rodagem e a Companhia de Saneamento de Sergipe. Deixou seu nome marcado, no seu estado natal, por grandes obras em ambas as áreas de infraestrutura.

Em 1960, volta a Mato Grosso, eleito vice-governador do estado. Em 1966 elegeu-se deputado federal, pela antiga Aliança Renovadora Nacional (ARENA), com a maior votação do estado. Foi reeleito, em 1970, também com o maior sufrágio.

O livro mostra a trajetória política de Garcia Neto, no Congresso Nacional, na defesa das liberdades democráticas.

Em 15 de março de 1975 toma posse como governador do estado. Executou, então, um arrojado plano de trabalho, ancorado em sua experiência administrativa no governo de seu irmão, em Sergipe, com ênfase na área social.

O terceiro governador citado é José Gilton Pinto Garcia, a quem indiquei para o governo do Território do Amapá, no início de 1990. Conhecedor de sua trajetória política em defesa das liberdades de-

mocráticas e pela sua grande habilidade no trato, somado a uma enorme vontade de servir ao país — coloquei em suas mãos o destino daquele Território, porque acreditava em seu tino administrativo e político.

O seu desempenho, naquele cargo, mostra que tive êxito na escolha.

Em um curto prazo de sete meses, realizou inúmeras obras consagrando-se, na época, como o governador mais popular do país, atingindo o elevado índice de aceitação de 92,4%, segundo o conceituado Instituto Vox Populi.

Deixou sua marca na construção de estradas e escolas; na implantação de sistema de saneamento básico; na recuperação da rede hospitalar e da iluminação pública, beneficiando os cerca de 300.000 habitantes do futuro estado do Amapá.

Dignificou, com seu trabalho, o exemplo de seu pai — Luiz Garcia —, como administrador e homem público.

Com meu apoio pessoal e de todo o meu governo, criou os instrumentos institucionais necessários para o desenvolvimento do futuro novo estado da Federação.

Durante seu período de governo estive presente na inauguração do Estádio Estadual conhecido como Zirão, por estar edificado no local onde passa o Marco Zero, a linha imaginária do Equador.

Na ocasião, além da assinatura dos atos de consolidação da Universidade Federal do Amapá, pude constatar os inúmeros avanços que ocorreram na sua gestão e a sua grande popularidade.

Completava-se, assim, o ciclo que o livro — que tenho a honra de prefaciá-lo — apresenta: três políticos natos, nascidos no estado de Sergipe e oriundos da mesma família, que alcançam, pelos seus méritos pessoais e respaldados pela vontade popular, o governo de três diferentes Unidades Federativas, deixando, ao término de seus mandatos, a imagem de administradores capa-

zes e homens públicos totalmente devotados, principalmente, a população mais humilde de seus estados.

Fica, assim, exemplificado, mais uma vez, o que expus, no início deste prefácio: gerações de uma mesma família, dedicadas cada uma na sua época a trabalhar para o bem comum e o desenvolvimento de suas comunidades, independente, mesmo, de seu estado de origem.

Sinto-me honrado por ter tido a oportunidade de apresentar, aos leitores de *Luiz Garcia, Gilton Garcia, Garcia Neto - Governadores em Três Estados do Brasil*, uma obra que exalta a vida pública de Luiz Garcia, seu irmão Garcia Neto e seu filho, meu amigo e correligionário, Gilton Garcia.

Numa saudosa e prazerosa reminiscência, permito-me voltar ao passado de minha família, abençoado que fui por ser neto de Lindolfo Collor, primeiro Ministro do Trabalho do Brasil, e de ser filho do senador Arnon de Mello, ambos com uma biografia de muitas realizações, tanto nos estados do Rio Grande do Sul e de Alagoas, quanto em nível federal, no Congresso Nacional, em várias e profícuas legislaturas.

Compreendo, perfeitamente, as responsabilidades, os desafios e as cobranças que Gilton enfrentou ao entrar na vida pública.

Na leitura do texto, o leitor, certamente, terá uma retrospectiva de períodos marcantes do desenvolvimento de três estados brasileiros, em uma verdadeira e rica demonstração do sucesso de políticos oriundos da mesma árvore genealógica e de suas ações de governo.

Espero que aprendam, assim, como o Brasil tem avançado, de forma sustentada, rumo ao seu destino de grande potência mundial, fruto do trabalho de inúmeras e sucessivas gerações de homens públicos, de inigualável valor.

Brasília, 11 de Março de 2008.

Fernando Collor



Homenagem a Luiz Garcia



A ação do político tem dignidade própria. Ao desempenhar de forma transparente e dedicada às inúmeras funções públicas, Luiz Garcia marcou a história política de seu estado de Sergipe com o reconhecimento de seus concidadãos.

A política não deve ser entendida como um fim em si mesma; não pode tampouco ser vista como instrumento de conservação; antes, cabe exercê-la como forma de promover as transformações reclamadas pela sociedade para construir uma nação justa e democrática. Muitos ingressam na política, outros a ela são levados pelas circunstâncias. O verdadeiro homem público não se faz, nasce. Nessa condição se exercita em cada momento de sua existência. É um dom mais do que uma profissão. É ação missionária. É servir e não servir-se. É, enfim, assumir ônus e desprezar bônus; dedicar-se, integralmente, à causa abraçada. Impõe também, como em sua sabedoria ensinava Tancredo Neves, praticar cotidianamente a virtude da paciência. Acreditar na força das ideias e na firmeza das convicções e, quando possível, compatibilizá-la como fez o saudoso governador Luiz Garcia.

A vocação, ou melhor, a devoção, de Luiz Garcia pela vida pública cedo se revelou, como geralmente ocorre com os agraciados com o dom da entrega ao bem comum.

Ainda estudante na Faculdade de Direito da Bahia, ele já se dedicava a Promotoria Pública em Estância, no seu Sergipe. Logo após de diplomado passou a advogar e aos vinte e quatro anos elegeu-se deputado estadual, em 1934.

Corn sua predestinação intelectual, tornou-se jornalista e a seguir foi diretor do jornal Correio de Aracaju. Com trinta e dois anos passou a integrar a Academia Sergipana de Letras; como professor de Direito do Trabalho, fundou com outros a Faculdade de Direito de Sergipe. Deputado federal em quatro legislaturas, entre 1951 e 1975, exerceu os mandatos com competência e honradez. Como seu companheiro na Câmara dos Deputados, na década de setenta, recordo-me dele sempre ativo e presente nas grandes causas da época, projetando Sergipe e o Nordeste.

A eleição para governador do estado foi o coroamento de uma vida de serviços prestados à terra e ao Brasil. No governo, demonstrou especial atenção à industrialização do estado e do Nordeste, através da Sudene. Incentivou o reequipamento das indústrias têxtil e açucareira, e a instalação de fábricas de fertilizantes e de cimento. Instituiu o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe – CONDESE, com estrutura voltada a formação e capacitação de servidores públicos, antecipando-se ao que dispôs a Constituição de 1988 a respeito de escolas de governo.

Sua participação na fundação da Faculdade de Medicina é outro importante passo rumo à criação da Universidade Federal de Sergipe, de acordo com as aspirações da comunidade local. Suas ações no tocante a educação continuam fundamentais e urgentes para o desenvolvimento nordestino, ao lado da agricultura e do transporte, no campo social, na defesa do meio ambiente e dos direitos humanos.

Elogiável o gesto da família do governador Luiz Garcia, à frente Gilton Garcia, que, como o pai, é ex-deputado na Assembleia Legislativa de Sergipe, ex-deputado federal, membro da Academia Sergipana de Letras e foi governador do Amapá — por editar tão oportuna obra, pois como lembrou o historiador italiano Carlo Levi, “o futuro tem coração antigo”.

No Brasil, somente agora se procura com ênfase destacar vultos que enriqueceram nossa história, essencial para conhecer o passado e definir a identidade nacional. Impõe-se, assim, resgatar o passado — o passado que fica do que passou. Dessa forma se ilumina a memória de um dos mais ilustres filhos que Sergipe ofereceu ao país e às suas instituições, pois, como afirmou Rui Barbosa, “a Pátria não é ninguém: são todos”.

Marco Maciel

Luiz Garcia nasceu em Rosário do Catete (SE), a 14 de outubro de 1910, filho de Antônio Garcia Sobrinho e de D. Antônia de Menezes Garcia. Fez o curso primário na terra natal e os preparatórios no Atheneu Sergipense, em Aracaju, época em que já era destacado orador e iniciava a sua brilhante carreira política. Ingressou na tradicional Faculdade de Direito da Bahia, conseguindo, ainda como acadêmico, a nomeação para o cargo de Promotor Público de Estância, onde adotou uma postura invulgar, como ardoroso defensor da sociedade, contribuindo, desta forma, para a consolidação do Ministério Público, como uma das funções essenciais à justiça. Professor de Direito e Legislação da Escola Técnica de Comércio Conselheiro Orlando e graduado em Direito, com uma efetiva militância na advocacia, foi convidado pelo destacado líder político Leandro Maciel para ingressar no Partido Social Democrático e candidatar-se ao cargo de deputado à Assembleia Constituinte do Estado, para o qual foi eleito em 14 de outubro de 1934, pela legenda do Partido Social Democrático coligado com a União Republicana de Sergipe, vindo a ser, inclusive, o primeiro secretário da mesma Assembleia. Adotou, também, o jornalismo como meio de divulgar as suas ideias e de combater as dos seus adversários, sempre com uma linguagem erudita e bem disciplinada. Tal postura lhe valeu a direção do Correio de Aracaju.

Em 6 de julho de 1942, tomou posse na Cadeira nº 37, da Academia Sergipana de Letras. Participou da fundação da Faculdade de Direito de Sergipe, como professor de Direito do Trabalho, posicionando-se como um dos precursores desse importante ramo do Direito. Nas suas aulas, sempre demonstrava a importância do direito do trabalho, também chamado de direito trabalhista, que se destacava como uma divisão do direito privado, responsável por regular a relação jurídica entre trabalhadores e empregadores, baseado nos princípios e leis trabalhistas. O direito do trabalho é uma das partes do direito privado mais importantes para a sociedade.

Luiz Garcia ministrou aulas de Direito e Legislação na antiga Escola Técnica de Comércio Conselheiro Orlando, inaugurada em 1923, cuja instituição de ensino secundário tinha como meta a formação de profissionais contadores para suprir as necessidades do estado nesse campo educacional emergente, naquela época.

Seguindo a sua trajetória política foi eleito deputado federal, com 7.089 votos, em 2 de dezembro de 1945, pela legenda da União Democrática Nacional¹; reeleito em 3 de outubro de 1950, com 5.860 votos, pela mesma legenda e, em 3 de outubro de 1954, elegia-se, novamente, a deputado federal, com 7.033 votos, agora pela coligação formada pelos partidos políticos União Democrática Nacional, Partido Social Progressista e Partido Social Trabalhista. Diante da sua atuação política elegeu-se, em 3 de outubro de 1958, governador do estado, com 56.837 votos, pela legenda da coligação UDN/PST, trazendo para Sergipe uma visão empreendedora e moderna, buscando aprimorar a administração pública estadual e a dinamizar os segmentos produtivos, com uma ação desenvolvimentista, pugnando pelo reequipamento da indústria

1 Sergipe, Tribunal Regional Eleitoras. *100 Anos de Eleições em Sergipe*. Aracaju: Tribunal Regional Eleitoral, 2002, p. 89.

têxtil e da indústria açucareira, bem assim pela instalação de uma fábrica de fertilizantes e de uma indústria de cimento.

Findo o seu mandato de governador do estado de Sergipe, foi convidado pelo seu cor-religionário e antigo colega da Câmara dos Deputados, Carlos Lacerda, governador do estado da Guanabara, para presidir a Companhia de Transporte Coletivo (CTC), quando pôde empreender uma modernização nesse importante órgão da administração carioca. Depois exerceu cargos relevantes na administração do governo do estado do Mato Grosso, a convite do seu irmão, o então governador José Garcia Neto.

Luiz Garcia destacou-se, também, como jurista, orador, conferencista e crítico literário, sempre conciliando as suas atividades políticas com as jornalísticas, tendo, portanto, uma permanente atuação na vida intelectual do estado. Era casado com D. Maria Emília Pinto Garcia, de cujo consórcio nasceram os filhos Vânia, Fernando, José Gilton e Antônio Amândio Pinto Garcia. Faleceu em Aracaju, a 11 de agosto de 2001, deixando para todos nós um legado de honradez e probidade que o tempo não desgasta, nos legando um acervo de grandes e imperecíveis exemplos, que mais aumentará quanto mais for seguido.



No dia 31 de julho de 1958, o Deputado federal Luiz Garcia era indicado como candidato a Governador do Estado de Sergipe, pela Convenção Regional da União Democrática Nacional (UDN), realizada no Cine Teatro Rio Branco, para suceder o engenheiro Leandro Maciel. Na foto o líder udenista Heribaldo Dantas Vieira (sentado) candidato a Senador da República, Luiz Garcia, Dionísio Machado, candidato a Vice-Governador e o Deputado Estadual José Carvalho Déda.



Caminhada de líderes políticos e do povo, pela rua João Pessoa em direção ao Palácio Olympio Campos, logo após a Convenção da União Democrática Nacional, que escolheu em 31 de julho de 1958, Luiz Garcia candidato a governador do estado. Na foto, da esquerda para a direita governador Leandro Maciel, deputados João Seixas Dória, Luiz Garcia, advogado Heribaldo Dantas Vieira e o professor Napoleão Dórea.



Eleito com 50,2% do sufrágio sergipano, pela coligação formada entre a União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Trabalhista (PST), Luiz Garcia (1910-2001) assumiu o governo do estado de Sergipe, no dia 31 de janeiro de 1959, em meio a grandes festividades, acontecidas no palácio Fausto Cardoso, sede do Legislativo e depois no palácio Olímpio Campos, sede do Governo Estadual.



Na Assembleia Legislativa de Sergipe o governador Luiz Garcia faz o juramento de praxe, na sessão solene presidida pelo Presidente, deputado João Maynard.

DISCURSO NA ASSEMBLEIA

No seu discurso na Assembleia Legislativa, após ser cumprimentado pelo então presidente deputado Wolney Melo, Luiz Garcia recordou a sua atuação como deputado constituinte estadual, nos idos de 1935, tendo destacado o início da sua vida na carreira política, ao lado de importantes deputados constituintes, a exemplo de Pedro Diniz Gonçalves Filho, Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro, Otoniel da Fonseca Dória, Manoel Dias Rollemberg, entre outros. Chegara ao Parlamento sergipano levado pela luta eleitoral encetada por Leandro Maciel, após 1930, sempre defendendo os anseios democráticos e de liberdade do povo.

Na oportunidade, o governador recordou a sua trajetória política na Câmara dos deputados, para onde foi eleito, participando ativamente dos debates de teses jurídicas que acalentavam a República Social e Democrática que se instalara no país, ou nos salões de conferências internacionais, representando o Congresso Nacional.

Agora, diante das mais altas autoridades do estado, estava, na mesma sala onde servira, transferindo a sua atividade pública, para atuar em outro Poder, o Executivo, como representante do povo.

Com palavras eloquentes e que arrebataram aplausos dos seus amigos e correligionários, Luiz Garcia apresentava ao Legislativo o seu plano de atuação governamental incluindo a industrialização do estado, a melhoria de processos agrícolas, a drenagem dos vales úmidos do Baixo São Francisco e a irrigação de terras circunvizinhas, o que se mostravam como bases do soerguimento econômico de Sergipe.

Nas metas do governo estavam, também, a exploração dos minérios sergipanos, especialmente, o salgema e implantação de indústrias de álcalis e de fertilizantes, responsáveis por melhores índices de desenvolvimento humano e que seriam alavancas do desenvolvimento social.

Dentro desse contexto, o novo governante prometia perante a Assembleia Legislativa que iria trabalhar em prol da participação do estado nos resultados da produção de petróleo.

Outro fator de desenvolvimento do estado era a transformação do calcário sergipano em cimento, com a implantação de uma indústria em Aracaju.

Na retórica do discurso, Luiz Garcia empolgava os seus ouvintes e conclamava os empresários do comércio, da indústria, os trabalhadores, os homens do campo e da cidade, a imprensa e todas as forças de produção e de colaboração, por suas organizações de classe, para a nova batalha, cuja vitória não seria apenas do Governo, mas da comunidade sergipana, cujos resultados não beneficiariam um partido, mas todo o povo da nossa terra.



A transmissão do cargo de governador do estado aconteceu no final da tarde de 31 de janeiro de 1959, no Palácio Olímpio Campos, cujas dependências estavam lotadas de udenistas de todos os rincões de Sergipe. Em meio ao entusiasmo do momento, usaram da palavra o ex-governador Leandro Maciel, fazendo uma prestação de contas da sua administração e, logo em seguida, o novel governador Luiz Garcia, que pronunciou um discurso de exaltação à pessoa do seu antecessor, Leandro Maciel, chefe incontestável da União Democrática Nacional, em Sergipe, e uma das maiores lideranças do partido, nacionalmente.

Com uma mensagem conciliadora, pedia que se desarmassem os espíritos das prevenções nascidas dos embates eleitorais, rearmando-se no propósito de paz, de esforço e de trabalho comuns, em benefício do estado e do nosso povo.

As festividades em torno da posse do governador Luiz Garcia foram iniciadas com uma missa em Ação de Graças, pela manhã, na Catedral Diocesana, celebrada pelo Bispo de Aracaju, D. José Vicente Távora. Após a celebração do ato religioso na Catedral Diocesana, o governador Luiz Garcia e sua esposa, D. Maria Emília Pinto Garcia, carinhosamente chamada pelo povo de D. Ninota, caminharam ovacionados pela multidão, em direção do Palácio Olímpio Campos.

Assistiram a posse do novo governador os senadores Lourival Fontes e Heribaldo Vieira; o general João de Almeida Freitas, comandante da Sexta Região Militar; deputados federais Newton Carneiro, representante do Diretório Nacional da União Democrática Nacional, Lourival Batista e Euvaldo Diniz; coronéis Parreiras Horta e Firmino Araújo, comandante e subcomandante, respectivamente, da Base Aérea de Salvador; uma delegação de deputados da Assembleia Legislativa da Bahia; Dr. José Carlos Borges, secretário da Viação e Obras Públicas do governo da Bahia; major Silvio Silveira, comandante do Colégio Militar de Salvador; Dr. Jorge Calmon, redator-chefe do jornal A Tarde; major João Walter de Andrade, chefe do serviço de obras da Sexta Região Militar; repórter da Agência Nacional, Dr. Batista Costa e diversos outros visitantes ilustres.

O Correio de Aracaju, na sua edição do dia 6 de fevereiro de 1959, noticiava que o ponto culminante das solenidades da posse de Luiz Garcia havia sido a homenagem espontânea do povo, carregando, nos braços e sob ovações, o governador Leandro Maciel até a sua residência, onde o senador Heribaldo Vieira e diversos oradores lançaram a sua candidatura à sucessão de Luiz Garcia.



Secretariado do governo Luiz Garcia (da esquerda para direita): Junot Silveira (casa Civil), José Garcia Neto (DER e DESO), João Machado Rollemberg Mendonça (Fazenda), Des. João Dantas Martins dos Reis (Justiça), governador Luiz Garcia, deputado Antônio Torres Junior (líder do governo na Assembleia Legislativa, Temístocles Diniz Gonçalves (Agricultura) e Antônio Garcia Filho (Educação).

À noite, realizou-se baile no salão nobre do Palácio Olímpio Campos, sob os acordes da orquestra pernambucana de Nelson Ferreira. A crônica social da época registrou esse acontecimento, que reuniu a sociedade sergipana.

Depois das festividades de posse, o governador Luiz Garcia nomeou o seu secretariado e os principais auxiliares, iniciando os movimentos da máquina administrativa do estado.

As nomeações sucederam-se: o jornalista Junot Silveira, ocupou o cargo de secretário do governador; o desembargador João Dan-

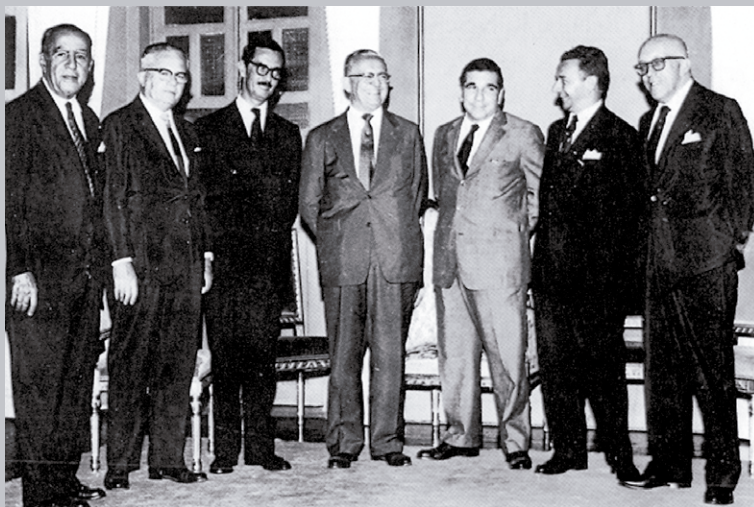
tas Martins dos Reis, secretário da Justiça e Interior; o engenheiro João Machado Rolemberg Mendonça, secretário da Fazenda; Coronel Ruy Santiago, secretário de Segurança Pública; Padre José de Araújo Mendonça, diretor geral do Departamento de Educação; engenheiro José Garcia Neto, diretor geral do Departamento de Estradas de Rodagem; engenheiro Jorge de Oliveira Neto, diretor do Serviço de Obras Contra as Secas; bacharel Manoel Tavares de Menezes, 1º delegado da capital; professor João Marques de Guimarães, chefe do Serviço de Divulgação. Assessores técnicos do governo: José Aloísio de Campos, Joaquim da Silveira Andrade, Ruy Eloy e João Rabelo de Moraes; João Salles de Campos, chefe do Serviço de Fiscalização; José Everaldo Cunha, oficial de gabinete,



O Governador Luiz Garcia assina o ato de criação da Secretaria de Estado da Agricultura. Sentados, a partir da esquerda: Temístocles Diniz Gonçalves, Antônio Torres Júnior e Dionísio Machado (vice-governador do estado). Em pé, da direita para esquerda: José Augusto Machado de Almeida, Sebastião Figueiredo, Sílvio Santana, Antônio Sousa Ramos e Etelvino Barreto.

e Geraldo Barroso, auxiliar de gabinete. Foi indicado para chefiar o Serviço de Fomento Agrícola o engenheiro agrônomo Marcelo de Albuquerque Maciel. Os setores de Rádio e Imprensa foram confiados ao jornalista Arnulfo Santos Santana e ao acadêmico de Direito Iroito Dórea Leó. A chefia da Casa Militar coube ao tenente-coronel João Machado Filho, ficando como ajudantes de ordens o major Renato Brandão e o capitão Milton Santos.

Logo que assumiu o governo do estado, o governador Luiz Garcia era convidado pelo presidente Juscelino Kubitschek para uma reunião no Palácio do Catete, quando seria apresentado um relatório do grupo de trabalho constituído para planejar uma nova política econômica do Nordeste.



Reunião de governadores e líderes da UDN, no Palácio Olímpio Campos. A partir da esquerda: Leandro Maciel (SE), Dinart Mariz (RN), Jânio Quadros (SP), Juracy Magalhães (BA), Cid Sampaio (PE), Luiz Garcia (SE) e Magalhães Pinto (MG).

A reunião dos governadores do Nordeste foi precedida de elegante convite expedido pelo próprio presidente da República, com este teor:

Tenho a honra de convidar Vossa Excelência para uma reunião no dia dezesseis de fevereiro no Palácio do Catete em que será distribuído e discutido relatório do grupo de trabalho que, sob a minha supervisão pessoal, está incumbido de planejar e coordenar a execução de uma política econômica nova para o Nordeste. Esse programa de ação que terá início imediato visa a mobilizar todos os investimentos públicos disponíveis e também capitais privados no sentido de incrementar a produção industrial e agrícola dessa região assim como para o aproveitamento intensivo de seus recursos potenciais. Muito agradeceria a presença de Vossa Excelência na referida reunião, onde serão combinadas importantes medidas de ação conjunta indispensáveis ao pleno êxito da iniciativa. Cordiais Saudações. Juscelino Kubitschek.

Como resultado da conferência dos governadores do Nordeste foi instalado o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, responsável pela elaboração de um plano que fixaria as diretrizes e normas gerais a respeito da política de desenvolvimento da região nordestina.

Ficou sob a responsabilidade de cada estado o seu planejamento econômico, para ser incluído no plano geral da Operação Nordeste.

O interesse de Sergipe baseou-se no reequipamento da indústria açucareira e têxtil, instalação de indústria de cimento e fomento à exploração do salgema como pontos primordiais do segmento econômico do estado.

No programa de desenvolvimento estadual apresentado pelo governador Luiz Garcia, cuidou-se, também, da recuperação e construção de estradas de rodagem, da saúde pública, saneamento bá-

sico e irrigação de terras do vale do rio Japarutuba, com a construção de barragens em Barro Alto, Pau Seco e Rezende, o que possibilitaria o assentamento de famílias de trabalhadores rurais ao longo das suas margens e das áreas propícias para o cultivo da terra, com produtos hortigranjeiros, capazes de abastecer o mercado interno e de outras regiões nordestinas.

Para cumprir esse programa inicial do seu governo, Luiz Garcia criou a 8 de abril de 1959, o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado de Sergipe (CONDESE), que teve como meta principal o planejamento de todo o processo de desenvolvimento, cujos resultados foram obtidos durante a sua gestão, com ressonâncias em administrações posteriores.

As ações encetadas nesse sentido foram auspiciosas, formando-se uma consciência nas classes produtoras de Sergipe, com o fim de apoiar as metas e os programas do governador, que se alinhavam à arrancada progressista do Brasil.



Coube ao economista José Aloísio de Campos (último à direita) a organização do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado de Sergipe, órgão de assessoramento de setores governamentais, na empreitada desenvolvimentista.

A imprensa noticiava a reunião pública realizada na noite do dia 31 de março de 1959, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, quando o governador Luiz Garcia assinou o decreto organizando o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado (CONDESE), que viria a ser o órgão encarregado do planejamento das ações governamentais. O foco das atenções era a industrialização de Sergipe, inserida na Operação Nordeste (OPENO), desencadeada pelo Governo Federal com o objetivo de fomentar o desenvolvimento setorial do Nordeste brasileiro.

O acontecimento político e social foi muito concorrido e contou com as presenças das mais destacadas autoridades do estado. O governador Luiz Garcia, muito aplaudido, fazia-se acompanhar da sua esposa, D. Maria Emília Pinto Garcia. Presentes o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Otávio Teles de Almeida; o deputado Benjamim Fernandes Fontes, representando o Poder Legislativo; o general João de Almeida Freitas, comandante da 6ª Região Militar; o prefeito de Aracaju, José Conrado de Araújo; o Bispo Diocesano de Aracaju, D. José Vicente Távora; desembargadores João Bosco de Andrade Lima e Carlos Vieira Sobral; coronel José de Brito Carmelo, Comandante do 28º Batalhão de Caçadores; desembargador João Dantas Martins dos Reis, secretário de Justiça e Negócios do Interior; engenheiro João Machado Rolemberg Mendonça, secretário da Fazenda, Produção e

Obras Públicas; coronel Ruy Santiago, secretário de Segurança Pública; comandante Manoel Inácio Vieira Machado, Capitão dos Portos. Empresários: Paulo Figueiredo Barreto, presidente da Federação das Indústrias de Sergipe; José Ramos de Moraes, presidente da Federação do Comércio e Oviêdo Teixeira, presidente da Associação Comercial. Deputados: José de Almeida Fontes, Napoleão Dórea e Antônio Fernandes Viana de Assis. Representantes da Faculdade de Ciências Econômicas, do Rotary Club de Aracaju, do Colégio do Salvador, da Escola Técnica de Comércio de Sergipe e de outros estabelecimentos de ensino; sindicalistas; estudantes; representantes de partidos políticos; jornalistas, radialistas e pessoas de todas as classes sociais.

Recebido por inúmeros empresários paulistas, entre eles José Ermírio de Moraes e Ariston Azevedo, o governador Luiz Garcia incumbiu-se de divulgar as potencialidades de Sergipe no setor mineral e de atrair investimentos do empresariado do Sudeste, para o projeto de industrialização do estado.



O governador Luiz Garcia (centro) e os industriais José Ermírio de Moraes (à direita) e o comendador Ariston Azevedo (à esquerda), foto obtida na ocasião da organização da Companhia de Cimento Portland de Sergipe.

A INDUSTRIALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE SERGIPE

Com a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado de Sergipe e com a Comissão de Planejamento Econômico, o estado de Sergipe preparava-se para as discussões em torno da fundação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SU-DENE), que iria fixar diretrizes e normas gerais a respeito da política de desenvolvimento da região nordestina.

A criação do CONDESE foi uma iniciativa muito acatada por vários segmentos sociais de Sergipe, tendo o governador Luiz Garcia recebido o apoio de vários oradores, entre eles o bispo diocesano, D. José Vicente Távora, o general João de Almeida Freitas, comandante da 6ª Região Militar, o professor Feltre Bezerra e o vereador Agonalto Pacheco, que manifestaram publicamente as suas esperanças no soerguimento da economia sergipana. Para compor o novo órgão, o governador Luiz Garcia nomeou o empresário Arivaldo Prata, representando a Federação do Comércio; o industrial Olímpio Campos, representando a Federação das Indústrias; o Dr. Jorge do Prado Leite, representando as Associações Rurais; o Dr. Pedro Braz, representando o Sindicato dos Engenheiros e o Dr. Eronides Silva, representando o Sindicato dos Economistas.

A repercussão da visita de Luiz Garcia a São Paulo, onde se reuniu com lideranças políticas e empresariais, teve como resultado imediato a instalação da primeira indústria de cimento em Sergipe, pertencente a um grupo de industriais, capitaneados pelo empresário José Ermírio de Moraes.

A presença de Luiz Garcia na capital paulista foi bastante comentada, diante da sua preocupação no desenvolvimento global do estado de Sergipe, buscando incentivos e parcerias capazes de apoiarem os seus planos governamentais.



O governador Luiz Garcia Filho inicia a pavimentação de estradas em Sergipe, no ano de 1959.

Acompanhado do professor Antônio Tavares de Bragança, o governador Luiz Garcia foi recebido no Palácio dos Campos Elíseos, pelo governador Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, a quem agradeceu o apoio e as atenções dedicadas ao estado de Sergipe.

O Correio Paulistano, na edição de 14 de maio de 1959, registrava a visita com esta notícia:

O governador do Estado de Sergipe, Sr. Luiz Garcia, esteve na tarde de ontem, em visita ao governador Carvalho Pinto. Durante seu encontro os dois chefes de Executivo conversaram demoradamente sobre a necessidade da industrialização do Nordeste brasileiro e das grandes possibilidades que o estado de Sergipe oferece para inversões capitalistas de São Paulo. Houve também amplo debate, de caráter genérico, sobre a situação política nacional.

Finalmente realizou-se uma reunião no Othon Palace Hotel, presidida pelo governador Luiz Garcia, contando com as presenças do professor Antônio Tavares Bragança, diretor do Instituto de Tecnologia e Pesquisas de Sergipe; do comendador Ariston Azevedo e dos empresários José Ermírio de Moraes, Leônidas Garcia Rosa, Walter Prado Dantas, Jair Serra Dias, Agnaldo Rocha Silva, Paulo Figueiredo Barreto, presidente da Federação das Indústrias de Sergipe e do advogado Fernando Valadão, procurador do estado do Rio de Janeiro, entre outros. Firmou-se na reunião um compromisso de cooperação para a implantação de sólidas indústrias, que iriam contribuir econômica e financeiramente com o desenvolvimento de Sergipe.

O governador Luiz Garcia agradeceu aos empresários presentes os propósitos de colaboração, que tantos benefícios poderiam trazer à economia sergipana, fazendo, ao mesmo tempo, uma exposição clara e minuciosa dos problemas sergipanos e das reais possibilidades de industrialização das matérias primas do estado.

A descoberta de petróleo do poço pioneiro de Pacatuba, a 140 quilômetros de Aracaju, foi uma notícia que alegrou a todos os sergipanos, em especial ao governador, que se encontrava no Rio de Janeiro, tratando de interesses do estado.

Luiz Garcia declarou ao Jornal do Comércio, no dia 16 de junho de 1959:

O fato é de grande importância econômica, para Sergipe e para o Brasil. No momento em que o país está a braços com dificuldades de ordem econômica, inclusive na sua balança de pagamento, o surgimento de uma nova região petrolífera é altamente significativo para os interesses nacionais.

Naquela entrevista, Luiz Garcia acentuou:

É mais uma realização da Petrobras, a quem me liguei, desde a minha vida parlamentar, quando ocupando eventualmente a liderança do meu partido na Câmara, tive a felicidade de ser indicado para conduzi-la com o apoio dos meus eminentes colegas para a orientação nacionalista, na elaboração da lei que criou a Petrobras.

O governador rematou dizendo que

a Petrobras era a solução e ao apresentar o meu relatório final, concluí que essa organização reunia as condições essenciais à solução do problema do petróleo brasileiro. Agora, com os resultados verificados na Bahia, Alagoas e hoje em Sergipe, estão confirmados os prognósticos dos que acreditam desde há muitos anos no êxito da Petrobras.

Atento ao seu plano de ação governamental e ao desenvolvimento econômico de Sergipe, Luiz Garcia não se descuidava da política nacio-

nal, que estava efervescente, com pré-candidatos à sucessão do presidente JK. Reuniu em Aracaju os governadores udenistas do Nordeste e líderes da União Democrática Nacional, para uma tomada de posição a respeito dos possíveis candidatos do partido. O Correio de Aracaju, na edição do dia 10 de outubro de 1959, estampava na primeira página a manchete: RATIFICADA A POSIÇÃO DOS GOVERNADORES UDENISTAS DO NORDESTE. O corpo da matéria jornalística destacava que

Sergipe viveu ontem verdadeiro momento histórico com a reunião dos governadores dos estados de Pernambuco (Cid Sampaio), Rio Grande do Norte (Dinart Mariz), Bahia (Juraci Magalhães) e Sergipe (Luiz Garcia) e do ex-governador Leandro Maciel, deputados federais Magalhães Pinto (Presidente Nacional da UDN), Lourival Baptista, Euvaldo Diniz e Jânio Quadros, que chegou acompanhado do senador Lino de Matos, Quintanilha Ribeiro, Augusto Mazagão e José Aparecido de Oliveira, oportunidade em que deliberaram assuntos de interesse da política nacional, com relação ao próximo pleito presidencial.

Pires Wynne¹ registra que “... no final da reunião, terminada pouco antes das quatro da manhã do dia 10”, uma nota era divulgada:

os governadores de Sergipe, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, reunidos em Aracaju, no Palácio Olímpio Campos, sede do Governo do Estado, com o presidente do diretório nacional da UDN, deputado Magalhães Pinto, com o ex-governador Leandro Maciel e o deputado Jânio Quadros analisaram e discutiram problemas nacionais, principalmente os da região nordestina em face do quadro da sucessão presidencial, chegando às seguintes conclusões:

1 WYNNE, Pires. *História de Sergipe*. 2º vol. Rio de Janeiro: Pongetti, 1973, p. 240.

1. A solução dos problemas do nordeste além de representar reconhecida e imediata necessidade constitui fator de integração da região ao desenvolvimento econômico do país;
2. Reconhecem, todos, ao governador Juraci Magalhães, a legitimidade da atitude em aceitar o exame de sua candidatura à presidência da República pela Convenção da UDN;
3. O deputado Jânio Quadros mostrou-se sensível às reivindicações para o desenvolvimento da região e demonstrou empenho em adotá-las como parte essencial do seu programa de governo, se eleito presidente da República;
4. Em vista do êxito deste Encontro de Aracaju, ficou assentada nova reunião no Distrito Federal a partir do dia 20 do corrente, para ultimar conversações em torno dos referidos problemas.

Sobre o Encontro de Aracaju, Ariosvaldo Figueiredo², anota:

O Encontro de Aracaju produz Nota Oficial, na qual os governadores udenistas defendem a solução dos problemas do Nordeste, integração da região no desenvolvimento nacional e o direito de o governador Juraci Magalhães aceitar o exame de sua candidatura à presidência da República.

A candidatura de Juraci Magalhães à presidência não prosperou, tendo a UDN indicado o nome do ex-governador de Sergipe, Leandro Maciel, com o companheiro de chapa de Jânio Quadros, na condição de candidato a vice-presidente da República.

Já em plena campanha eleitoral o engenheiro Leandro Maciel observou que havia sido estimulada uma chapa extra oficial, denominada Jan-Jan (Jânio, presidente, e Jango, vice). Como àquela épo-

2 FIGUEIREDO. Ariosvaldo. *História política de Sergipe*. Aracaju: Edição do autor, 1991, p. 168.

ca a votação se processava de forma separada, primeiro votava-se no candidato a presidência e depois escolhia-se o candidato a vice, Leandro Maciel detectou traição à vista, já que o vice era votado nominalmente, sem qualquer vinculação obrigatória ao Partido e à chapa da qual fazia parte. Não havia o princípio da indivisibilidade e unicidade da chapa, como atualmente.

Observando que o movimento Jan-Jan sequer era repudiado pelo seu companheiro de chapa Jânio Quadros, Leandro Maciel renunciou à candidatura de vice, já que com sua experiência vislumbrou que a trama política havia sido urdida para derrotá-lo. E o futuro confirmou a previsão do líder político sergipano: foi eleita a dupla Jan-Jan e derrotado o candidato a vice-presidente escolhido pela UDN o ex-governador mineiro Mílton Campos.



Leandro Maciel, entrevistado pelo radialista Santos Mendonça, esclarece aos seus correligionários os motivos da sua renúncia à candidatura a vice-presidente da República (1960).

ESTAÇÃO RODOVIÁRIA GOVERNADOR LUIZ GARCIA

A solenidade do batimento da pedra fundamental da Estação Rodoviária de Aracaju, na Esplanada do Bomfim, atual Praça João XXIII, ocorrida na tarde do dia 5 de dezembro de 1959, foi um acontecimento social e político de relevância em Sergipe.

O governador Luiz Garcia pronunciou-se dizendo que ali “dava início à sua primeira grande obra na capital do estado”, como registrou o Correio de Aracaju, na edição do dia 7 de dezembro de 1959.

O engenheiro José Garcia Neto, diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Sergipe apresentou aquela obra pública, cujo plano geral foi estudado por engenheiros do DER-SE e o projeto definitivo executado pelo arquiteto Rafael Grimaldi.



Garcia Neto detalhou o projeto, focalizando a construção numa área de 7.000 metros quadrados, compreendendo a estação de passageiros, local de estacionamento de ônibus, posto de combustíveis e área para automóveis. O prédio contava com dois pavimentos, amplos salões de passageiros, boxes para as diversas empresas do transporte rodoviário, agência dos Correios, telefones públicos, bar,

café, restaurante, barbearia, acomodações para a Polícia Rodoviária, loja para venda de jornais e de revistas e pátio de embarque e desembarque de passageiros, enfim era uma obra que tinha sido planejada para atender aos anseios dos sergipanos, com um avançado projeto de arte moderna.



O governador Luiz Garcia durante a inauguração da Rodoviária disse que não podia oferecer casa a cada sergipano para se proteger da chuva e do sol. No entanto, estava entregando um prédio arejado, dotado de todo o conforto, que seria utilizado por todos ao mesmo tempo. No início da década de 60 poucas famílias possuíam veículo. Era costume usar os ônibus como meio de transporte para o interior do estado e para outros destinos.

No dia 3 de fevereiro de 1962, no antigo Morro do Bomfim, era inaugurada a moderna Estação Rodoviária, de onde partiam ônibus para todos os quadrantes do estado, acabando com o ultrapassado Ponto das Marinetes, na Rua da Frente, local em que os passageiros ficavam submetidos a todo tipo de intempéries. Na oportunidade da inauguração manifestaram-se várias autoridades e representantes das classes produtoras; o Dr. Paulo Barreto de Menezes, em nome do Rotary Club de Aracaju, aprovou a iniciativa do governador Luiz Garcia em construir a estação rodoviária, abrindo uma nova página nos transportes intermunicipais de Sergipe. Sobre o evento, falou ainda o poeta Freire Ribeiro, integrante da Academia Sergipana de Letras, fazendo uma saudação especial ao senador Fernando Correia da Costa, do estado do Mato Grosso, que prestigiava aquela solenidade.

Com a construção, 15 anos depois, de uma nova estação rodoviária, denominada José Rollemberg Leite, a primeira estação rodoviária de Aracaju teve seus objetivos desvirtuados e esquecida sua manutenção, que só agora, na administração do governador Belivaldo Chagas, vem recebendo um tratamento especial, com recuperação do seu prédio.



Engenheiro Gentil Tavares, presidente do Conselho Rodoviário (DER-SE) discursa durante a inauguração da Estação Rodoviária Governador Luiz Garcia (1962).

O Diário de Aracaju na sua edição de 30 de janeiro de 1960 estampava na sua primeira página que o governador Luiz Garcia vinha empreendendo um projeto de grandes realizações, num clima de amplas garantias públicas e de reconhecido respeito à liberdade de opinião, com obras de interesse da coletividade.

A matéria jornalística destacava:

Nos setores de rodovias e energia elétrica, de educação e saúde, de agricultura e pecuária, de esportes e desenvolvimento econômico, de finanças e obras públicas se tem feito sentir a sua eficiência e o propósito de corresponder, da melhor maneira possível, à confiança do povo sergipano.



Governador Luiz Garcia, D. Ninota Garcia e o bispo de Aracaju, Dom José Vicente Távora, na solenidade de inauguração da estação rodoviária (1962).

Os aliados do Chefe do Executivo viam na sua ação, o seu espírito de tolerância e a sua formação eminentemente democrática, bem como o amor a sua gente, promovendo o desenvolvimento setorial de Sergipe. No governo de Luiz Garcia foram construídos vários quilômetros de estradas de rodagem; criada a Empresa Energética de Sergipe e introduzidos melhoramentos nos serviços de distribuição de energia elétrica na capital. Graças à atuação do secretário Antônio Garcia Filho, ampliou-se o raio de ação dos serviços de saúde pública e ergueram-se novos grupos escolares

A agricultura e a pecuária receberam incentivos e assistência técnica. Vários foram os incentivos para a indústria.

O MUSEU DE SERGIPE

Inaugurava-se, no dia 5 de março de 1960, o Museu de Sergipe, instalado no antigo Palácio Provincial, na cidade de São Cristóvão, antiga capital da Província de Sergipe d'El Rey. Ao acontecimento estiveram presentes as mais destacadas lideranças do estado e representantes de todos os segmentos culturais.



Frontispício do Palácio Provincial de São Cristóvão

O sobrado em São Cristóvão, que sediou por muitos anos o Governo Provincial, recebeu, na gestão do presidente Manuel Clementino Cavalcante de Albuquerque (1825-1826), elementos de decoração neoclássica, estilo já consagrado no Brasil desde a vinda da Missão Francesa de 1816.

A fachada principal do antigo Palácio tem muita semelhança com a Casa da Câmara e Cadeia, em Goiás. No frontispício do pa-

vimento superior estão dispostas sete janelas rasgadas por inteiro e as correspondentes sacadas isoladas, com gradis de ferro; sobre a verga alteada da janela central, o símbolo do Império. No térreo, uma porta central e quatro janelas. É possível que no projeto original existissem portas, ou mesmo janelas, nos locais onde estão os óculos. Tanto na parte térrea, como no pavimento superior, o prédio é bem dimensionado e guarda um acervo de muita importância para a historiografia sergipana.

O Palácio Presidencial da cidade de São Cristóvão era considerado como um dos melhores palácios presidenciais do país e ficou ligado ao maior acontecimento político registrado na província de Sergipe d'El Rey: “a Mudança da Capital”. Na sala de Audiências e Despachos, Inácio Joaquim Barbosa, vigésimo quinto presidente da província, sancionou a resolução nº 413, de 17 de março de 1855, “elevando o povoado de Santo Antônio do Aracaju à categoria de Cidade”; no mesmo ato, transferiu, da cidade de São Cristóvão para a de Aracaju, a capital da província.

A iniciativa do governador Luiz Garcia, com a criação do Museu de Sergipe, no Palácio Provincial, justificava-se, plenamente, pelo ambiente impregnado de história da antiga capital de Sergipe. As circunstâncias conferiam um mútuo proveito ao museu e à Cidade Monumento, dando-lhe maior realce ao significado cultural que representavam.

O acervo do Museu foi constituído, inicialmente, com peças selecionadas e recolhidas em diversas instituições governamentais e culturais. Diversas coleções foram adquiridas através de aquisições efetuadas pela Secretaria de Educação e Cultura, tais como: artes plásticas, mobiliário, porcelana, numismática, armaria. É um Museu eminentemente eclético, sendo que a maioria das peças está ligada à fase do Brasil Império.

O PETRÓLEO E A VITÓRIA DE SERGIPE

A notícia da descoberta de petróleo no povoado Mosqueiro, distante cerca de 15km de Aracaju, deixou em rebuliço a população. As primeiras horas do dia 3 de abril de 1960 circulou a notícia de que fora encontrado petróleo de primeira qualidade naquela região, a 2.664 metros de profundidade. O governador Luiz Garcia entusiasmado como acontecimento invulgar para Sergipe e para o Brasil, foi um dos primeiros a visitar a plataforma de exploração do precioso minério, recebendo dos técnicos da Petrobras as primeiras informações a respeito daquela descoberta.

O Correio de Aracaju, na sua edição de 4 de abril de 1960, destacava na manchete: “Petrobras descobriu petróleo no Mosqueiro: Vitória de Sergipe”. Na matéria de fundo, o noticioso informava que em todos os pontos do estado, é grande a alegria pelo acontecimento da descoberta de petróleo no município de Aracaju. Sergipe inteiro comemora o fato festivamente.



O governador Luiz Garcia (segundo da esquerda para direita) assiste a operação da primeira sonda no Campo Petrolífero de Carmópolis. Ele foi o precursor da exploração das riquezas minerais de Sergipe.

INSTALAÇÃO DA ARQUIDIOCESE DE ARACAJU



O governador Luiz Garcia discursa, por ocasião da assinatura do Decreto de doação do edifício localizado na praça Olímpio Campos, para a instalação da Arquidiocese de Aracaju. Na foto o radialista Arnulfo Santos Santana (em pé) e o bispo de Aracaju Dom José Vicente Távora (1960).

Com a finalidade de instalar a Arquidiocese de Aracaju, o Núncio Apostólico, D. Armando Lombardi, foi recebido pelo governador e pelo povo, no Aeroporto Santa Maria, em Aracaju, no dia 14 de outubro de 1960. O Reverendíssimo visitante foi saudado pelo prefeito de Aracaju, José Conrado de Araújo. Acompanhado pelo governador Luiz Garcia, por altas dignidades eclesiásticas, autoridades civis e militares, o Núncio Apostólico foi entusiasticamente aplaudido em todo o trajeto do aeroporto ao Palácio Olímpio Campos.



Palácio Arquiepiscopal de Aracaju.

Na sede do governo estadual, o Reverendíssimo Prelado foi saudado pelo governador Luiz Garcia, enquanto a multidão se comprimia na praça Fausto Cardoso, como noticiou o Sergipe Jornal. A seguir, D. Armando Lombardi, que já havia agradecido as palavras do prefeito, agradeceu, também, a oração do governador, concluindo por abençoar o povo, em nome do Sumo Pontífice, estendendo aquela benção aos pobres e aos doentes.

A instalação da Província Eclesiástica de Aracaju e das Dioceses de Estância e Propriá, apesar de criadas em 8 de janeiro de 1954, só aconteceu com a posse de D. José Vicente Távora, em 14 de outubro de 1960, como Arcebispo de Aracaju; a Diocese de Estância era instalada no dia seguinte, com a posse de D. José Bezerra Coutinho, e no dia 16 do mesmo mês era instalada a Diocese de Propriá, com a posse de D. José Brandão de Castro. O Governo do Estado doou à Igreja Católica o edifício localizado na praça Olímpio Campos, nº 228, e uma verba de um milhão de cruzeiros para as despesas da Arquidiocese de Aracaju.



Inauguração do parlatório em frente ao Palácio da Alvorada (1960)

INAUGURAÇÃO DE BRASÍLIA

A imprensa sergipana noticiou largamente a viagem do governador Luiz Garcia para Brasília, a convite do presidente Juscelino Kubitschek, a fim de assistir à solenidade de inauguração e a mudança oficial da capital federal, cujo evento aconteceu no dia 21 de abril de 1960. A inauguração da nova capital reuniu mais de trezentas mil pessoas procedentes de todos os rincões do Brasil. Apenas uma parte dos prédios públicos e pouquíssimos residenciais estavam prontos. No mais, a cidade ainda era um canteiro de obras.



Presidente Juscelino Kubitschek (ao centro) tendo ao seu lado direito o vice-presidente João Goulart — acena para o povo, ao participar da inauguração de Brasília

O primeiro ato do presidente JK no novo Distrito Federal foi a reunião do Ministério, no Palácio do Planalto, às nove horas da manhã, para a instalação do Poder Executivo na novel capital.

Por conta da inauguração de Brasília, os governadores nordestinos reuniram-se no dia 23 de abril, no Palácio da Alvorada, com os Ministros da Viação, Agricultura e Justiça, para tratarem dos interesses da região, atingida por grandes inundações. O governador Luiz Garcia esteve presente àquela reunião e defendeu os interesses de Sergipe, que fora atingido duramente pela calamidade pública.

O ÊXODO RURAL E A ELEIÇÃO DE JÂNIO QUADROS

O êxodo rural que ocorria especialmente no Nordeste, atingia o semiárido sergipano. O latifúndio improdutivo e retrógrado, assim como os minifúndios, não absorviam a mão de obra sertaneja. Os caminhões pau de arara levavam legiões de sergipanos do agreste e do sertão para o Sudeste, em especial para as regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Diante desse fenômeno de mobilidade espacial da população, o governador Luiz Garcia procurou desenvolver ações para conter esse processo de migração, estimulando a agricultura e criando incentivos para o desenvolvimento da indústria em Sergipe.



O candidato Jânio Quadros recebido no Palácio Olímpio Campos pelo governador Luiz Garcia, ao lado do governador Juracy Magalhães e do assessor paulista Quintanilha Ribeiro.

Nessa época a política nacional fervilhava. A sucessão de Juscelino Kubitschek já estava aberta em 1959, mais de um ano antes do término de seu mandato.

A primeira candidatura a se firmar foi a de Jânio Quadros, com o apoio da UDN. Fiel a seu estilo, a certa altura o ex-governador paulista renunciou à disputa — provocando, com isso, o levante militar de Aragarças —, para reconsiderar a sua decisão dias depois. Desafeto de Jânio, o prefeito de São Paulo, Adernar de Barros, lançou-se candidato pelo Partido Social Progressista.

Entre os governistas, custou a sair um nome. JK chegou a cogitar a candidatura de um udenista, o cearense Juraci Magalhães, então governador da Bahia. Seria uma forma de criar uma alternância, quebrando o domínio do PSD e do PTB, que se estendia desde a eleição de Getúlio Vargas, em 1950. Para JK ficaria mais fácil voltar como oposição em 1965. A candidatura Juraci seria uma forma, também, de garantir a ele um pós-governo razoavelmente a salvo das perseguições da UDN, já que o ocupante do Palácio do Planalto seria um udenista. A ideia não prosperou.

A 3 de outubro de 1960, Jânio Quadros saiu vitorioso com 5.636.623 votos (48% dos votos válidos), contra 3.846.825 (32%) dados ao Marechal Lott e 2.195.709 (20%) a Adernar de Barros.

A eleição de 1960 foi a primeira desde 1930, que conclui um ciclo presidencial de normalidade democrática: um presidente eleito, JK que terminava o mandato e passava o cargo ao sucessor, Jânio Quadros, também eleito.

Jânio da Silva Quadros, apoiado pelo governador Luiz Garcia, vinha de meteórica ascensão política. Vereador, deputado estadual, prefeito e governador de São Paulo e sem grandes compromissos partidários apareceu para a classe média como uma esperança de moralização na corrida presidencial. Eleito, renunciou sete meses depois de empossado, gerando uma das mais graves crises políticas do Brasil.

Apesar da grave crise política nacional, decorrente da renúncia do presidente Jânio Quadros, Luiz Garcia manteve o ritmo de desenvolvimento do estado. Autorizou construções de escolas na capital e no interior, ampliou a capacidade dos reservatórios de água potável, incentivou a indústria e a produção agropecuária e estabilizou uma política salarial dos servidores públicos.

Fato que merece registro histórico foi a posição adotada pelo governador Luiz Garcia em defesa da legalidade e do estado de direito, quando setores militares apresentaram restrições à posse do vice João Goulart na presidência da República. João Goulart que a época se encontrava em visita a China retornou ao Brasil e assumiu a presidência da República, após negociar com os militares a mudança do regime presidencialista para o parlamentarismo. O cargo de primeiro ministro foi ocupado por Tancredo Neves. Pouco tempo depois, em votação plebiscitária, o povo brasileiro decidiu retornar ao regime presidencialista.

A deposição de João Goulart, o golpe militar de 1964, o AI-5 de 1969, as perseguições políticas, as prisões, as torturas e as mortes ocorridas nestes períodos representam a face mais impiedosa da democracia brasileira.

FACULDADE DE MEDICINA DE SERGIPE

Luiz Garcia fundou, com a participação do seu irmão, o humanista Antônio Garcia Filho, contando ainda com o apoio da classe médica sergipana, fundou a Faculdade de Medicina de Sergipe, primeiro passo para o desenvolvimento das ciências médicas e biológicas no nosso estado, e peça de preponderante importância para a formação da Universidade de Sergipe.

Aliás a ideia da criação da Faculdade de Medicina de Sergipe remonta ao ano de 1953. Os médicos Augusto Leite, Benjamim Carvalho, Felte, Walter Cardoso e outros endossaram o projeto que somente veio a se concretizar no ano de 1961, quando aconteceu de fato a fundação da Faculdade de Medicina com a realização do primeiro concurso vestibular.



Em 1960 foi construído um prédio ao lado do Instituto Parreiras Horta, para o início do funcionamento da Faculdade de Medicina.

Eis a placa afixada “FACULDADE DE MEDICINA DE SERGIPE, MERCÊ DA VONTADE INDÔMITA DO GOVERNADOR LUIZ GARCIA”

O jornalista e médico Lúcio Antônio do Prado Dias, em artigo publicado no Jornal da Cidade (03/07/05) ao tratar do assunto assevera:

Para isso foi fundamental a decisão do governador Luiz Garcia de fundar a Faculdade de Medicina, curso que faltava para a viabilidade da nossa universidade. Nesse contexto, o nome do médico Antônio Garcia foi, de longe, o mais importante para a realização desse acalentado sonho, pela fibra, determinação em superar obstáculos e pelo apoio político irrestrito recebido do governador.

Luiz poderia até ter optado pela criação de uma faculdade de engenharia, político empreendedor que era, mas preferiu atender aos apelos da classe médica, que manifestava, na ocasião, a extrema preocupação com a necessidade social de se abrir uma escola médica.

Interessante observar que até professores estrangeiros foram convocados para ensinar nos primeiros anos de Faculdade de Medicina de Sergipe, dentre eles o professor Silvano Isquardo Laguna, da Universidade de Salamanca, na Espanha.



O Ministro da saúde, Catete Pinheiro, em visita a Aracaju, para discutir a criação da Faculdade de Medicina.

A importância de Antônio Garcia na Secretaria de Educação

Em solenidade bastante concorrida, o médico e intelectual Antônio Garcia Filho era empossado como o primeiro secretário da Educação, Cultura e Saúde do estado de Sergipe. A solenidade foi realizada no Palácio Olímpio Campos, em Aracaju, contando com a presença do governador Luiz Garcia, autoridades civis, militares e eclesiásticas, e do público que superlotou os salões do Palácio. O governador Luiz Garcia justificou a criação daquela Secretaria, que reunia importantes segmentos do estado, na busca de soluções de desenvolvimento cultural e da saúde. Disse do aplauso do povo sergipano na escolha do nome de Antônio Garcia Filho para dirigir aquele órgão da administração estadual, levando-se em conta o seu perfil de educador, intelectual de nomeada importância e médico dos mais notáveis de Sergipe, além de ser uma das pessoas que mais batalhavam para a criação da Universidade de Sergipe. Na mesma ocasião pronunciou-se o professor Manoel Franco Freire que focalizou a personalidade do novo secretário e a sua identidade com as lutas do povo, acentuando a sua confiança na atuação de Antônio Garcia Filho.

Manifestaram-se ainda os poetas Freire Ribeiro e Clodoaldo de Alencar, ambos se referindo à vocação de médico humanitário e à capacidade de Antônio Garcia Filho para levar avante o plano progressista do governador Luiz Garcia ao criar aquela Secretaria. Seguiu-se ao pronunciamento do Monsenhor Luciano José Cabral Duarte, dizendo da confiança que lhe despertava o médico, o homem público e, sobretudo, o cristão que ali estava sendo empossado. Acentuou que como diretor da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, era com júbilo que via um homem bem intencionado assumir tão importante Secretaria.

Em significativo discurso, o secretário Antônio Garcia Filho, agradeceu a confiança que o governador Luiz Garcia lhe depositara e às manifestações recebidas, deixando claro os rumos que tomaria como secretário da Educação, Cultura e Saúde, tudo fazendo por corresponder à confiança pública que tanto o sensibilizava.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

O governador Luiz Garcia criou o Instituto de Previdência do Estado de Sergipe, em substituição ao Montepio do estado, procurando dar ao funcionalismo estadual uma maior proteção às suas necessidades básicas, na área previdenciária e médico-hospitalar.

Sem dúvidas João Sales de Campos foi o grande incentivador da criação do IPES, em moderno instituto de previdência.



Cercado de auxiliares e amigos o governador Luiz Garcia, emocionado, anuncia a criação do Instituto da Previdência do Estado de Sergipe (IPES).

Especialmente para os funcionários públicos e servidores do estado por certo este foi o ato administrativo de maior repercussão em Sergipe. Estava criado um importante órgão assistencial, com o objetivo de conceder pensão, auxílio funeral, pecúlio, auxílio natalidade, assistência social e empréstimo. E ainda mais, estipulando que poderiam ser contribuintes facultativos do IPES os funcionários públicos municipais, além de profissionais liberais, jornalistas profissionais, prefeitos municipais e funcionários das sociedades de economia mista, dentre outros.



Ao lado do vice-governador Dionísio de Araújo Machado e do secretário da Fazenda João Machado Rollemberg Mendonça, o governador Luiz Garcia assina o ato que criou o Banco de Fomento Econômico do Estado de Sergipe, hoje BANESE.

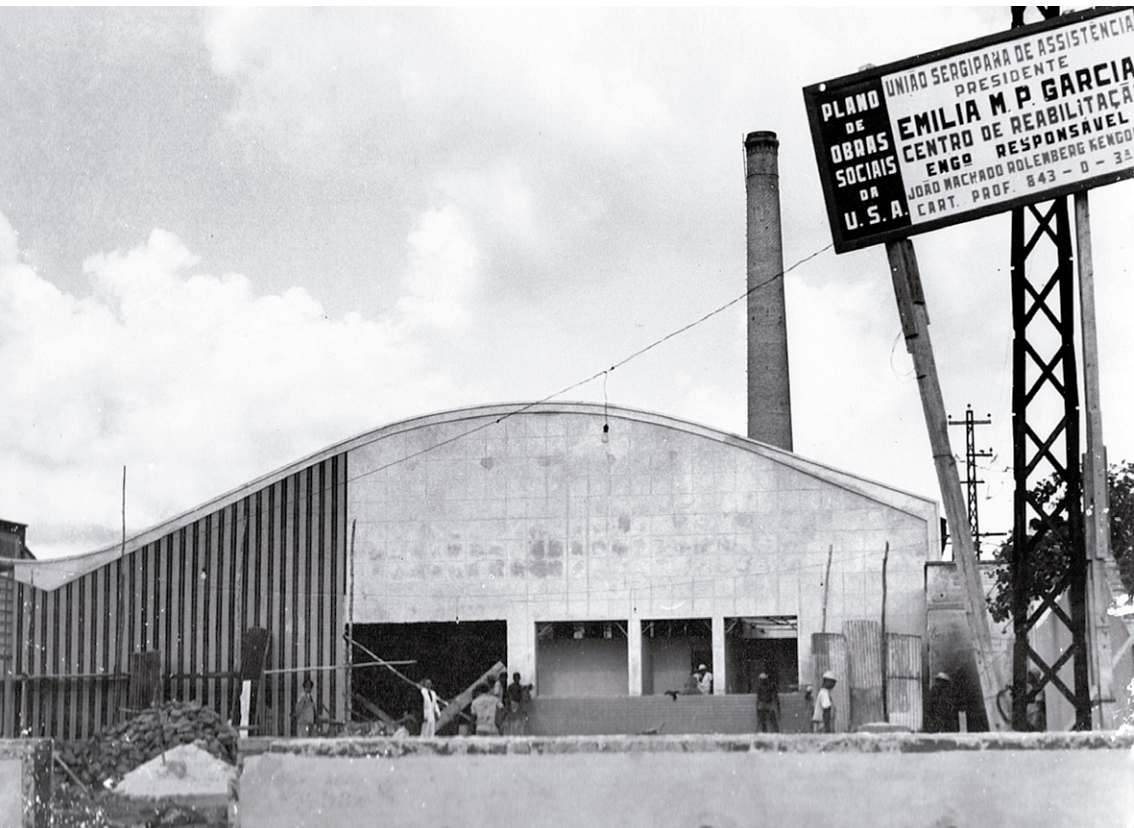
BANESE

Com o objetivo de promover uma maior produção rural e industrial, Luiz Garcia criou o Banco do Fomento Econômico do Estado de Sergipe, sucedido pelo Banco do Estado de Sergipe, responsável pelo financiamento de projetos agrícolas e pecuários, bem assim pelo incremento às atividades comerciais e industriais.

O Banese é criado com a denominação de Banco de Fomento Econômico, em 1961.

CENTRO DE REABILITAÇÃO NINOTA GARCIA

Voltado para o setor de saúde, notadamente na área da reabilitação física dos deficientes, Luiz Garcia fundou o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, em homenagem à sua mulher, D. Emília Marques Pinto Garcia, que sempre se destacou no campo da ação social, desenvolvendo um trabalho junto à sociedade sergipana, com programas de recuperação de pessoas com deficiências.





Pessoa estimada, D. Ninota Garcia desempenhou papel social de relevância em Sergipe, como presidente da União Sergipana de Assistência e Superintendente da LBA (Legião Brasileira da Assistência). Por isso seu nome está no Centro de Reabilitação Ninota Garcia, no bairro Industrial. Dona Ninota até hoje é lembrada pela comunidade carente. Como presidente da LBA em Sergipe e diretora do Centro de Reabilitação, preocupava-se em atender as necessidades dos mais carentes.



AEROPORTO DE ARACAJU E HOTEL PALACE



No Aeroporto Santa Maria, o governador inaugurou confortável estação de passageiros. A inauguração do Hotel Palace de Aracaju, consolidou-se como um marco desenvolvimentista da gestão de Luiz Garcia no emergente setor do turismo, possibilitando a permanência dos viajantes e dos empresários em Sergipe, além de criar emprego e renda para a população.



Hotel Palace de Aracaju (foto à época da inauguração, 1962).



Homenagem a José Garcia Neto



O autor do livro *Luiz Garcia, Gilton Garcia, Garcia Neto - Governadores em Três Estados do Brasil*, o acadêmico José Anderson Nascimento, Presidente da Academia Sergipana de Letras traz ao horizonte literário, uma obra que aborda, com propriedade, a vida exemplar dos irmãos Luiz Garcia e José Garcia Neto, e a de Gilton Garcia, filho do primeiro e sobrinho do segundo, todos sergipanos, governadores de três estados da Federação.

O eminente autor já produziu com maestria obra sobre a ascensão, juventude, fase acadêmica, iniciação profissional e constituição da família de José Garcia Neto, evocando a fase em que os Garcias empreendiam luta renhida, no dia a dia da década de 1930, no interior de Sergipe, em época difícil, o país se debatendo com problemas de toda ordem, com deficiente assistência médica e escolar, engatinhando que estava, ainda, nos primórdios da República.

O pesquisador José Anderson faz uso de cores vivas para o registro fiel dos cursos secundários e médio, que Garcia Neto fez em sua terra natal, para, mais adiante, mostrá-lo ingressando na Faculdade de Engenharia da Bahia, sua atuação como líder estudantil, a fase inicial do exercício profissional no Rio de Janeiro e, a seguir, sua vinda para Mato Grosso, onde começou sua carreira política, como prefeito da capital e vice governador do estado.

Fui honrado com a incumbência de fazer a apresentação da obra sobre a brilhante atuação de Garcia Neto como governador de Mato Grosso, no quadriênio de 1975 a 1978, pois, na qualidade

de membro de seu governo, como secretário de estado de Administração, sou testemunha fática de sua bem sucedida gestão governamental, que desenvolveu com incomparável desvelo e elevando espírito público.

Escrever a respeito do apresentado é tarefa agradabilíssima. Contudo, por paradoxal que pareça, um tanto difícil. Enfocar a importância do governo de Garcia Neto exigiria volumoso compêndio, tal o descortino que teve, a abrangência que alcançou, a honradez com que exerceu seu mandato e os incontáveis benefícios que legou ao estado, hoje galopando para alcançar o topo de uma das mais destacadas unidades da Federação.

Governar Mato Grosso — estado com dimensões continentais de 1.221.549 km², equivalendo às áreas territoriais da França, Itália, Portugal, Inglaterra, Bélgica e Suíça, juntas — não é tarefa fácil. Traz-nos a lembrança um comandante de navio em águas revoltas: dele se exige visão aguçada, leme às mãos, bússolas à frente, rumo escolhido, ouvido atento, olhos abertos, destreza no embate com as ondas, a fim de chegar a um ponto em terra firme...

Serenamente, ao lado de sua consorte Dona Maria Lygia de Borges Garcia, dos filhos Maria Alice, Robério, Carlos Antônio, genro e noras, dos 13 netos e 11 bisnetos, Garcia Neto pode olhar para o passado e ver o grandioso trabalho que fez, podendo sentir-se tranquilo do pleno cumprimento de sua missão.

Tem consciência de que estava vocacionado, desde moço, a uma grande tarefa, a ser alcançada com o suporte de excelente educação recebido do casal Antônio-Antônia. Na época, sentiu desabrochar em sua mente um plano a cumprir com determinação: a liderança de uma causa coletiva de seu tempo em busca de ambicioso desenvolvimento, lutando com visão de estadista, superando a si mesmo, embate após embate.

Em cada vida, uma história!

A vida de Garcia Neto encerra uma história de intensa bravura de muita ação, pontilhada de feitos bem sucedidos e alicerçada em exemplar atuação pública, tudo isso registrado em recheado livro. À 1ª folha, escrita no dia de seu nascimento, 1º de junho de 1922, sucederam-se outras, formando volumoso compêndio que Deus lhe deu para escrever.

Neste começo de ano, escreve a folha nº 31.290 e rememora, satisfeito, o quanto fez e vem realizando, com tenacidade e abnegação dignas de um homem honrado, cioso da missão cumprida, legando exemplos dignos não só a seus familiares, mas, também, aos incontáveis amigos que, dia a dia, vem fazendo ao longo de sua edificante existência.

Cuiabá, 31 de janeiro de 2008.

José Ferreira de Freitas

Membro da Academia Mato-Grossense de Letras

José Garcia Neto nasceu a 10 de junho de 1922, na cidade de Rosário do Catete, no estado de Sergipe, filho de Antônio Garcia Sobrinho e de D. Antônio Menezes Garcia. Fez as primeiras letras na cidade natal. Em Aracaju, cursou o primário e o secundário graduando-se em Engenharia Civil na Escola Politécnica da Bahia. Descende de uma família de políticos sergipanos que atuaram no Parlamento Federal e Estadual e nos governos em três estados do Brasil. Casou-se com Maria Lygia de Germano Borges, a manauara mais cuiabana do Brasil, no dizer da escritora Maria Teresa Carrión Carrecedo. Mulher realizadora, de humor e energia incomuns e apaixonada por política, que, ao lado de Garcia Neto, construiu uma admirável família composta por José Luiz, Maria Alice, Fernando Robério, Gláucia e Carlos Antônio,

netos e bisnetos que se dedicam ao desenvolvimento de Mato Grosso.

Na Revolução de 1924, o pai de Garcia Neto Antônio Garcia Sobrinho marchou na coluna revolucionária comandada em Sergipe pelo tenente Augusto Maynard Gomes, líder do primeiro movimento do Tenentismo em Sergipe, eclodido no dia 13 de julho de 1924, que tinha como principais metas o combate à corrupção, a criação da Justiça Eleitoral e a intuição do voto secreto, entre outras bandeiras liberais. Sufocada a Revolta de Maynard, os seus participantes foram presos e processados por participarem do levante.

Graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Bahia, na turma de 1944, José Garcia Neto, fora logo contratado pela empresa de engenharia Coimbra Bueno, para atuar na área de projetos, no Rio de Janeiro até abril de 1945.

Nessa época, o Rio de Janeiro estava agitado. Os intelectuais batiam-se pela democracia, liberdade de imprensa e garantias fundamentais, que, de certa forma, refletiam as conclusões do 1º Congresso Brasileiro de Escritores, acontecido em 26 de janeiro de 1945.

Getúlio Vargas percebendo a movimentação da política e a agonia da ditadura, convocou em 28 de fevereiro de 1945, eleições para presidente, congresso, governos e assembleias estaduais.

É nesse clima, que Garcia Neto deixa a capital da República para assumir a direção do escritório da empresa de engenharia civil Coimbra Bueno, em Cuiabá, com a finalidade de concluir as obras públicas da gestão do Interventor Federal Júlio Muller.

José Garcia Neto entusiasmou-se com a região Centro-Oeste do Brasil, optando em trabalhar pelo seu desenvolvimento socio-cultural.

Participou dos trabalhos de levantamento cadastral da capital mato-grossense, documento básico para o planejamento das necessidades daquela importante cidade, sob todos os aspectos.

Concomitantemente aos trabalhos desenvolvidos no setor das obras públicas, dirigiu a construção do Palácio Arquiepiscopal de Cuiabá, passando a conviver com Dom Francisco de Aquino Corrêa, uma das mais importantes figuras do clero brasileiro.

Integrado à movimentação política nacional, Garcia Neto acompanhou a surpreendente eleição do general Eurico Gaspar Dutra, em 2 de dezembro de 1945, que conquistou 55,4% dos votos válidos, contra 34,7% do eleitorado que votou no brigadeiro Eduardo Gomes. A votação de Ildo Fiúza, do PCB, foi inexpressiva, com apenas 9,7% dos votos válidos. As urnas elegeram tanto o presidente Dutra como a Assembleia Nacional Constituinte, incumbida de substituir a Constituição de 1937. Os deputados e senadores pertenciam, pela primeira vez, a partidos de âmbito nacional.



O governador José Garcia Neto discursa durante a sua posse no governo do estado de Mato Grosso, acompanhando seu irmão Luiz Garcia (1975).

Nomeado Diretor de Obras Públicas do Estado de Mato Grosso, na interventoria do Dr. José Marcelo Moreira, Garcia Neto executou várias obras de infraestrutura, consagrando-se como um executivo voltado para o serviço público.

Nessa época, dirigiu, a pedido do Marechal Rondon, a construção da Escola Rural Santa Claudina, em Mimoso, terra natal do desbravador das riquezas do Brasil.

A essa altura o mundo já vivia a Guerra Fria. A aliança EUA-Inglaterra-URSS, formada durante a II Guerra, dá lugar a dois blocos hostis: o Ocidente capitalista, com os EUA à frente, e o Leste socialista, em formação em torno da URSS. A bipolarização levou à crise de Berlim, às guerras da Coreia e do Vietnã, à corrida nuclear. A América Latina, área de influência de Washington, foi pressionada a alinhar-se com os EUA, o anticomunismo e a política econômica do FMI (Fundo Monetário Internacional), criado em Bretton Woods, em 1º de julho de 1944. Tudo isso repercutiu fortemente no Brasil.

A União Democrática Nacional (UDN), partido político ao qual Garcia Neto filiara-se, defendia princípios anticomunistas e antegestulistas. Empenhava-se na “autópsia” do Estado Novo e em geral era mais pró-EUA nos embates da Guerra Fria.

Dentro desse contexto e seguindo a tradição familiar sergipana, Garcia Neto enveredou-se na política mato-grossense, destacando-se com vários mandatos eletivos ao longo da sua trajetória partidária.

Em 1949, juntamente com empresários de Cuiabá, liderados pelo então presidente da Associação Comercial Manuel Miraglia, o engenheiro Garcia Neto fundou a primeira empresa de engenharia civil de Mato Grosso, a Construtora Comércio Ltda., onde permaneceu como diretor técnico até 1954. Essa empresa foi a responsável, durante seis anos, pela construção de diversas obras em Mato Grosso, valendo destacar os colégios estaduais de Campo Grande e de Corumbá, projetados por Oscar Niemeyer; a primeira canalização do Córrego da Prainha; os edifícios dos antigos Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e do Instituto de Aposentado-

rias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas; da Delegacia da Receita Federal, onde funcionou a Câmara de Vereadores de Cuiabá; o Hospital Geral de Cuiabá, as primeiras casas populares e o Educandário de Menores, onde atualmente está instalado o 9º Batalhão de Engenharia de Cuiabá.



Caravana da Liberdade em Cuiabá—1958: José Garcia Neto, o terceiro da esquerda para a direita, ao lado de Carlos Lacerda e Juracy Magalhães, o último à direita

Nas eleições de 1934, o seu irmão Luiz Garcia foi eleito deputado estadual em Sergipe, posteriormente, elegeu-se por três vezes deputado federal e em 1958 foi eleito governador do estado de Sergipe, pela União Democrática Nacional.



José Garcia Neto com os companheiros da direção da União Democrática Estudantil presos no Quartel de Bombeiros de Aracaju às vésperas da decretação do Estado Novo, em outubro de 1937.

Os seus irmãos Robério Garcia, Carlos Garcia e Antônio Garcia Filho militaram como dirigentes partidários em Sergipe, os dois primeiros no Partido Comunista Brasileiro e Antônio no Partido da Esquerda Democrática.

Garcia Neto, no ano de 1937, quando contava 15 anos de idade, ingressava na União Democrática Estudantil (UDE), com representação em todos os estados brasileiros, fazendo parte da sua diretoria em Sergipe.

Com o golpe de 1937, o presidente Getúlio Vargas decretou o estado de sítio no país e ordenou a prisão de todos os dirigentes da UDE nos estados, alegando infiltração comunista naquela organização estudantil. Assim, Garcia Neto e mais nove militantes foram presos durante um comício no interior de Sergipe.

Na primeira eleição pelo voto direto, Garcia Neto foi eleito prefeito de Cuiabá, em outubro de 1954, pela União Democrática Nacional, tomando posse em 15 de março de 1955. Como prefeito executou obras importantes para o desenvolvimento de Cuiabá.



Primeira reunião da Associação dos Municípios da Amazonia Mato-grossense, em março de 1956, na gestão do prefeito de Cuiabá, José Garcia Neto (oitavo da esquerda para direita).

Ao concluir o seu mandato de prefeito de Cuiabá, Garcia Neto foi convocado por seu irmão, Luiz Garcia, eleito governador de Sergipe, para dirigir o Departamento de Estradas de Rodagem de Sergipe e o Serviço de Água e Esgoto de Sergipe, transformado, posteriormente, em Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO).

Mesmo trabalhando em Sergipe não se distanciou de Mato Grosso, mantendo laços indeléveis com a sociedade mato-grossense, razão pela qual foi eleito, em 1960, vice-governador do estado de Mato Grosso, em eleição direta, pois os candidatos a vice, na época, recebiam votação desvinculada a do governador. Nessa eleição, Garcia Neto obteve mais de dez mil votos à frente do governador eleito Fernando Correia da Costa.

A UDN em Mato Grosso era um partido com expressiva bancada na Assembleia Legislativa e alternava os governos com o PSD. O udenista Fernando Correia da Costa elegeu-se em 1950 e 1960. Concorrendo contra Filinto Müller, do PSD. Após 1964, udenistas assumiram posição de destaque, como Garcia Neto, Saldanha Derzi e José Fragelli.

Em Sergipe, Garcia Neto continuou com a sua dedicação às obras públicas patrocinadas pelo governo do estado, na gestão do governador Luiz Garcia. A malha rodoviária foi ampliada, exigindo-se a construção de uma moderna Estação Rodoviária, no centro de Aracaju. As primeiras estradas pavimentadas de Sergipe datam desse período, como o trecho Itaporanga d'Ajuda, Posto Fiscal e Ponte Pedro Diniz Gonçalves (Rio Cotinguiba).

O antigo Serviço de Águas e Esgoto de Aracaju, depois transformado em Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO), sob a direção de Garcia Neto, elaborou e executou um plano para a ligação de água tratada em todas as casas dos bairros periféricos de Aracaju. As ligações eram executadas pelo governo do estado e o pagamento podia ser efetuado pelos beneficiados em 30 prestações mensais, sem juros.

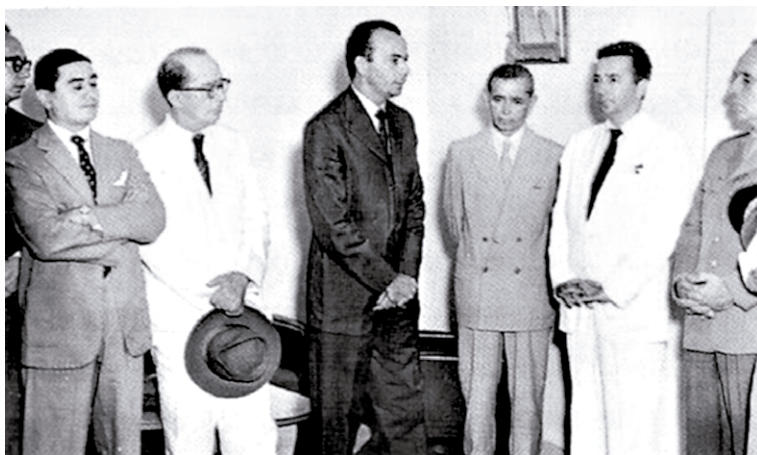
Sua missão em Sergipe encerrou-se com a renúncia do governador Luiz Garcia, que concorreria a uma das vagas ao Senado Federal, Garcia Neto retornou a Mato Grosso e elegeu-se Deputado Federal, nas eleições de 1966 com a maior votação do estado, pela Aliança Renovadora Nacional, partido governista, que expandiu sua hegemonia, elegendo 18 senadores, 277 dos 409 deputados e 731 deputados estaduais, quando o Brasil experimentava um regime implantado pelo Movimento Militar de 1964.



Eliete e Valdete Garcia, Samuel Melo, Lígia Borges Garcia, José Garcia Neto, Jânio Quadros, Antônio Garcia Filho, José Teixeira Machado e Sebastião Figueiredo



José Garcia Neto, Jânio Quadro, Ninota Garcia e o governador do estado da Bahia Juracy Magalhães, durante recepção no Palácio Olímpio Campos.



Solenidade de posse do eng. José Garcia Neto no DER/SE, ocorrida no Palácio Olímpio Campos. Da esquerda para a direita: engenheiros Paulo Barreto de Menezes, Gentil Tavares da Mota, José Garcia Neto, Clóvis Mozart Teixeira, governador Luiz Garcia e o General Ruy Santiago (1959).



No histórico episódio do pedido de licença para processar o deputado federal Márcio Moreira Alves, eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro, que, em 2 de setembro de 1968, pronunciou um discurso na Câmara protestando contra a invasão da Universidade de Brasília pela Polícia Militar, entre outras motivações não aceitas pelo presidente da República, General Artur da Costa e Silva, o deputado Garcia Neto foi um dos poucos parlamentares da base do governo que discursaram condenando a iniciativa em defesa da imunidade parlamentar; em votação realizada em 12 de dezembro, o pedido do governo foi rejeitado por 216 a 141, com quinze abstenções. Nesse mesmo dia, Márcio Moreira rapidamente abandonou o recinto da Câmara e desapareceu, exilando-se depois. O turbulento acontecimento serviu como estopim para a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro daquele ano.

Alinhado ao governo, na Câmara Federal, Garcia Neto participou da votação da Constituição de 1967, que tentou institucionalizar e consolidar o regime de 64, pondo fim ao estado de instabilidade criado pelos atos institucionais. O anteprojeto da nova Carta foi obra de 4 juristas, reelaborada pelo Ministro da Jus-

tiça Carlos Medeiros Silva, que recebeu e, às vezes, acatou propostas de parlamentares arenistas coordenadas pelo senador Filinto Müller. O novo texto incorporou as inovações autoritárias dos atos institucionais e eleição indireta (com voto a descoberto) do presidente pelo Congresso e dos governadores pelas assembleias estaduais e os governadores nomeavam os prefeitos das capitais. Só o Executivo possuía iniciativa legislativa no que tocava à segurança nacional e finanças públicas; coube ao Congresso votar os projetos, mas não os emendar. Os decretos-leis tiveram 60 dias para tramitar no Legislativo (ou 45 dias, quando urgentes); vencido o limite, eram considerados aprovados por decurso de prazo. A carta incorporou a doutrina de segurança nacional com o Conselho de Segurança Nacional como instância máxima. Manteve as restrições dos Atos Institucionais 1 e 2 às liberdades políticas e individuais, mas garantiu os direitos de reunião, associação, expressão, habeas corpus e a imunidade parlamentar, vedando as cassações sumárias. Extinguiu a autonomia econômica e tributárias dos estados e municípios.

Em seu primeiro mandato como deputado federal, Garcia Neto apresentou projeto de lei autorizando o poder executivo a criar a Universidade Federal de Mato Grosso com sede em Cuiabá.

Na justificativa do projeto de lei dessa instituição de ensino superior Garcia Neto ressaltou a posição geográfica de Cuiabá, como base indispensável à integração da Amazônia, problema eminentemente nacional, desde que essa vasta área já vinha servindo à cobiça internacional como a ideia da criação da Hileia Amazônia.

Acrescentava que, pronunciamentos de importantes lideranças de países estrangeiros, confirmavam o interesse pela magnífica região.

Esclareceu que a Universidade Federal em Cuiabá, uma vez criada, seria a base técnico-cultural para que os brasileiros do Mato Grosso e de outras terras avançassem na conquista do território.

Depois de quase três anos de lutas no Congresso Nacional e perante dois ministros da Educação, Tarso Dutra e Jarbas Passarinho, a tese de Garcia Neto foi acolhida, e o presidente Médici transformou o seu projeto em Lei aprovada pelo Congresso Nacional, criando a Universidade Federal de Mato Grosso, com sede em Cuiabá.

Em 1970, Garcia Neto foi reeleito deputado federal, também com maior votação em todo o estado, e exerceu o mandato na defesa dos interesses de Mato Grosso, pugnando pela volta da democracia em nosso país, seguindo os passos do grande jurista e democrata, Deputado Célio Borja, líder do Governo, do qual Garcia Neto teve a honra de ser vice-líder.

As eleições de 15 de novembro de 1970 para a Câmara dos Deputados, Senado e Assembleias Legislativas expressaram o férreo controle do jogo político pelo regime. Todo candidato passava previamente pelo crivo do Serviço Nacional de Informações e o próprio presidente Médici anunciou que não permitiria candidaturas que pudessem representar contestação ao processo revolucionário.

A Aliança Renovadora Nacional (Arena) viveu o seu auge: fez 223 deputados federais, 468 estaduais, 40 senadores; o Movimento Democrático Brasileiro ocupou 87 cadeiras na Câmara dos Deputados, 233 nas Assembleias Legislativas e 6 no Senado. Afora o antigo estado da Guanabara, hoje Rio de Janeiro, venceu apenas nos territórios do Amapá e Roraima (não representados no Senado). Parte dos emedebistas, desesperançada, somou-se as forças de esquerda que pregavam o voto nulo em protesto contra a ditadura. Nas eleições municipais de 15 de novembro 1972, a Arena reforçou sua supremacia ao eleger 83,2% dos vereadores e 88,2% dos prefeitos. Nas 22 capitais, 9 municípios de territórios, 89 áreas de segurança nacional e 43 estancias hidrominerais (somando em 72 mais de 30% do eleitorado), os prefeitos foram nomeadas. O MDB venceu em apenas 463 prefeituras, embora fosse mais bem votado nos grandes e médios

municípios do Sul-Sudeste. O mecanismo da sublegenda, instituído em junho de 1969, permitiu à Arena acomodar conflitos internos (em geral entre o ex-PSD e a ex-UDN) lançando até 3 candidatos a cargos majoritários.



Sergipano radicado em Mato Grosso desde 1945, Garcia Neto (terceiro, da esquerda para a direita) recebe o título de Cidadão Mato-Grossense na Assembleia Legislativa em outubro de 1974.



Ao lado do presidente da Assembleia, Nelson Ramos fazendo o juramento de posse na Assembleia Legislativa do Mato Grosso, em 15 de março de 1975.

Eleito em 15 de novembro de 1974, governador do estado de Mato Grosso, Garcia Neto tomou posse em 15 de março de 1975, executou um plano de trabalho vitorioso, com as experiências vividas em Sergipe, na administração do governador Luiz Garcia, valendo destacar as ligações domiciliares nas residências da população pobre ao abastecimento de água potável, pagas em módicas prestações, sem correção monetária.



O governador José Fragelli, à direita, transmite o governo de Mato Grosso para Garcia Neto.



Discurso de posse no governo de Mato Grosso. Na Foto: arcebispo Dom Orlando Chaves, senador Fernando Correia da Costa, José Villanova Torres, ex-presidente da Arena, entre outros.



Visitação do complexo rodoviário de Cuiabá. Frontispício do Terminal Rodoviário de Cuiabá (detalhe).

Semelhante ao governo que serviu em Sergipe, Garcia Neto deu início a grandes obras de pavimentação nas rodovias do estado de Mato Grosso, construindo, inclusive, a Estação Rodoviária na Capital.

CENTRO DE REABILITAÇÃO INTEGRAL DOM AQUINO CORRÊA

De igual modo, fundou, em 1976, o Centro de Reabilitação Integral Dom Aquino Correia, responsável pela formulação e execução da política de atenção aos portadores de necessidades especiais, no âmbito estadual, prestando serviços gratuitos à população do estado do Mato Grosso.



Centro de Reabilitação Integral Dom Aquino Correia (ambiente interior)

O Centro de Reabilitação consolidou-se, passou a cumprir a missão de desenvolver ações de prevenção, tratamento e reabilitação aos usuários de forma integralizada, sendo referência estadual, através de um trabalho transdisciplinar efetivo, mediante parcerias, pesquisas, capacitação, informação e divulgação, assegurando controle e convívio social.

O Centro de Reabilitação Integral Dom Aquino Correia coordenou o processo de descentralização dos serviços de reabilitação no estado, desenvolvendo parcerias com municípios, objeti-

vando não só eficiência e eficácia das ações de reabilitação, mas, sobretudo, o cumprimento dos princípios preconizados pelo Sistema Único de Saúde — descentralização, integralidade, equidade, proporcionando maior dinamismo ao acesso e otimização de operacionalização.



Centro de Reabilitação Integral Dom Aquino Correia

A gestão de Garcia Neto, frente do executivo de Mato Grosso foi, especialmente, pontilhada de ações governamentais, voltadas para o social. Daí porque, em setembro 1975, o governo de Garcia Neto criava através de lei a Fundação de Promoção Social, vinculada administrativamente ao gabinete do governador. Maria Lygia de Borges Garcia, esposa de Garcia Neto, foi designada para a presidência da Promoção Social do Mato Grosso (PROSOL), sem qualquer tipo de remuneração. Dedicava-se, unicamente, a servir a população carente.



Parque de Exposição Agropecuária em Cuiabá, obra do Governador Garcia Neto

Destacam-se ainda, dentre as obras sociais de Garcia Neto: a construção do Clube do Pequeno Trabalhador, a primeira usina, no Brasil, de leite de soja e as quinze casas do artesanato.



Inauguração da Estação Rodoviária de Três Lagoas. Ao lado do Governador Garcia Neto está o então prefeito Ramos Tabet (à direita).

Distrito Industrial de Cuiabá,
implantado no Governo
Garcia Neto



Ainda podem ser citadas como obras estruturais do governo de Garcia Neto, o início da pavimentação de rodovias no norte e no sul do estado e a construção de estações de tratamento de águas em todas as cidades. Aliás, a repercussão perante o governo federal das obras de saneamento, executadas pelo governo do Mato Grosso, foi tamanha que o então presidente da Departamento Estadual de Agua e Saneamento (SANEMAT), engenheiro Jose Luiz de Borges Garcia, foi escolhido pelo presidente da República, de então, para exercer o cargo de Diretor Administrativo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.



Construção da Hidrelétrica do Funil

Várias foram as investidas, junto ao governo federal para a execução de obras estruturais, visando a integração da Amazônia, entre elas a pavimentação asfáltica das rodovias federais, a construção da Hidrelétrica do Funil, com o aproveitamento das águas do rio Cuiabá.



Homenagem a Gilton Garcia



O Amapá é um estado que se faz da soma de brasileiros que se afirmam como amapaenses. Temos lá os maiores contingentes de migração de todo o país. Sua vida política se faz, por isso mesmo, com a participação de paraenses, amazonenses, maranhenses, etc. Gilton Garcia foi governador do Amapá na década de 1990, passando o governo para Annibal Barcelos, o primeiro governador eleito.

De uma família de políticos de Sergipe, combativa e combatida, Gilton tivera sua carreira cortada pelo regime militar, que o cassara em 1970.

Advogado e professor, no Amapá mostrou que tinha capacidade administrativa e que seu caminho natural teria sido o governo de seu estado natal.

Gilton Garcia foi muito importante para a consolidação do estado do Amapá, ajudando a implantar sua infraestrutura.

Esta homenagem aos três governadores Luiz Garcia, Garcia Neto e Gilton Garcia — seu pai, governador de Sergipe, seu tio, governador de Mato Grosso, e ele, governador do Amapá — mostra a permanente dedicação de uma família à vida política brasileira.

Amigo deles todos, correligionários do mesmo partido, venho dar o testemunho das qualidades de homem público que cultivaram, trabalhando por Sergipe, o Brasil e o Amapá.

José Sarney

José Gilton Pinto Garcia nasceu em Aracaju, Sergipe, a 5 de janeiro de 1941, filho de Luiz Garcia e de D. Maria Emília Pinto Garcia. Gilton Garcia, como conhecido no meio político e literário, fez o curso primário no Colégio Jackson de Figueiredo, dirigido pelos educadores sergipanos Judite e Benedito Oliveira, responsáveis pela sua iniciação no mundo da educação. No Colégio Anglo-Americano, no Rio de Janeiro, cursou o ginásio, no Atheneu Sergipense concluiu o Curso Clássico, verdadeiro preparatório para o vestibular a que se submeteu na Faculdade de Direito de Sergipe. No Atheneu integrou a Arcádia Estudantil Literária e participou de todos os movimentos culturais da época, aperfeiçoando os seus conhecimentos na área da Literatura e dos Estudos Sociais. A sua juventude foi pontilhada por extraordinários acontecimentos culturais e políticos, já que acompanhava todos os passos do seu pai, o acadêmico Luiz Garcia, no Parlamento Nacional e, posteriormente, no governo de Sergipe. Nesse tempo, já despontava no jornalismo, com atuação no Correio de

Aracaju, inicialmente como revisor e, depois, como redator, vindo a qualificar-se no mundo jornalístico de Sergipe, especialmente no período de 1959 até 1962, época em que dirigiu aquele importante órgão de comunicação. Paralelamente às suas atividades no Correio de Aracaju e à política partidária, Gilton Garcia movimentava-se na Faculdade de Direito de Sergipe, onde ingressou no ano de 1959, tendo ativa participação na política estudantil universitária. Ainda estudante, foi Promotor Público Substituto nas Comarcas de Maruim, Propriá e Japaratuba, em Sergipe, incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Graduiu-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Federal de Direito de Sergipe, no ano de 1963; logo se dedicou à advocacia e à política.

Foi eleito deputado estadual aos 21 anos, ainda estudante de Direito. A política foi uma atividade de relevância na vida de Gilton Garcia, participando, ainda muito jovem, da campanha presidencial de Jânio Quadros. Nesse tempo, ingressou

no magistério jurídico superior, lecionando aulas de Direito do Trabalho e de Teoria Geral do Estado, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe. Nas discussões políticas sempre usou o diálogo e o entendimento para as soluções dos problemas mais palpitantes postos em debates. Teve atuação decisiva na Assembleia Legislativa do Estado, onde foi eleito para dois mandatos sucessivos, 1963-1966 e 1967-1970. No segundo mandato, foi presidente do Poder Legislativo de Sergipe, tendo o mandato interrompido pela cassação dos seus direitos políticos, por ato arbitrário de representantes do Movimento Militar de 1964, cujos motivos somente agora são expostos diante do objetivo dos Fundos Documentais do SNI (Serviço Nacional de Informações), da CGI (Comissão Geral de Investigações) e do CSN (Conselho de Segurança Nacional), alegou-se seu passado subversivo, principalmente porque foi o autor do requerimento convidando o padre Alípio de Freitas para pronunciar palestra, na Assembleia Legislativa, a respeito da reforma agrária. Na justificativa do ato de cassação consta ainda a sua suposta participação na invasão da propriedade rural Bica, em São Cristóvão, e por ser oriundo de uma família onde pontificavam os comunistas Robério Garcia e Carlos Garcia, e por ter sido advogado de pessoas consideradas subversivas. Naquela época se procurava impedir a ascensão política daqueles que se destacavam como liderança.



A política foi uma atividade de relevância na vida de Gilton Garcia, participando, ainda muito jovem, da campanha presidencial de Jânio Quadros (1960).





Governador Gilton Garcia recebe homenagem militar em frente ao Palácio do Governo do Estado do Amapá, em Macapá (1960).

No curto período de sete meses (25.05.1990 a 31.12.1990), à frente dos destinos do estado do Amapá, Gilton Garcia realizou inúmeras obras públicas e destacou-se como o governador mais popular do Brasil, atingindo o elevado índice de 92,4% de aceitação do seu governo pelos amapaenses, segundo uma pesquisa realizada pela Vox Populi. Construiu estradas e escolas, realizou obras de saneamento básico e abastecimen-



Gilton Garcia assume o cargo de governador do estado do Amapá, perante o Ministro da Justiça Bernardo Cabral (1990).

to de água. Recuperou e modernizou a rede hospitalar do estado, melhorou consideravelmente a iluminação pública, renovou a pavimentação asfáltica em Macapá, de aproximadamente 70 quilômetros, realizando uma administração exemplar, que beneficiou os quase 300 mil habitantes. Por igual, na sede dos oito municípios existentes a época pavimentou suas principais ruas e avenidas.

O estado do Amapá, criado pela Constituição Federal de 1988, foi administrado, a partir do mês de maio de 1990, pelo professor e advogado sergipano José Gilton Pinto Garcia, cujo nome foi submetido à apreciação do Senado Federal e, depois de aprovado, nomeado governador, pelo presidente da República, Fernando Collor de Melo. A posse do governador Gilton Garcia ocorreu no Ministério da Justiça, na solenidade presidida pelo ministro Bernardo Cabral.

O antigo Território do Amapá tem os seus antecedentes históricos vinculados aos dois ciclos de navegação do século XV representados pelos portugueses e espanhóis. No século XVI, verifica-se as presenças de franceses, ingleses, espanhóis, irlandeses e holandeses. Américo Vespúcio, no ano de 1499, sob as ordens dos reis católicos da Espanha, percorreu terras amapaenses, passando com a sua expedição pelas ilhas da Caviana dos Porcos e do Pará, em frente aos municípios de Macapá e Mazagão. A região onde fica o Amapá já foi disputada por franceses, ingleses e holandeses, porém, foi incorporada definitivamente ao Brasil, em 1900. Inicialmente fazia parte do Pará, com o nome de Araguari. Elevado à categoria de Território em 1943, seu desenvolvimento foi impulsionado pela descoberta de jazidas de manganês. Coberto pela Floresta Amazônica, a atividade turística era pouco explorada pela falta de infraestrutura.

Com a missão de criar os instrumentos institucionais para o desenvolvimento do novel estado da Federação, o governador Gilton Garcia dedicou-se a um trabalho invulgar, com o objetivo de instalar, condignamente, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, com todos os seus órgãos em pleno funcionamento, além de criar incentivos para o desenvolvimento regional, apoiando a empresa privada.

O governador Gilton Garcia idealizou e construiu obras de vulto, merecendo destaque especial o estádio de futebol, mais conheci-

do como Zerão, assim denominado pelo fato de que foi edificado no mesmo local onde passa a linha imaginária do Equador, ou seja, o Marco Zero. A sua inauguração, ocorrida no dia 17 de outubro de 1990, e com a presença do presidente Fernando Collor de Melo e do então secretário nacional de Esportes, o consagrado Zico, foi um acontecimento sem precedentes na história do Amapá, já que atendia a uma antiga aspiração dos desportistas do estado.



Luiz Garcia, meu pai e ídolo,

é um título de artigo escrito por Gilson Garcia publicado na imprensa sergipana (Jornal da Cidade, 15/08/2001), por ocasião do seu falecimento. Neste artigo, também inserido no livro que Gilton publicou pela Editora J. Andrade —Temas de Direito e outros escritos (2001)—, ele destacou que Luiz Garcia deixou “o exemplo de uma vida marcante, destacada, conceituada, coerente e digna em todas áreas em que atuou.

Na foto, pai e filho, na recepção da posse de Gilton como governador do Amapá

O governador Gilton Garcia recebe o presidente Fernando Collor no aeroporto de Macapá.





O presidente Fernando Collor recebe homenagem da tropa militar, em Macapá, acompanhado pelo governador Gilton Garcia (1990).



Solenidade pública em Macapá.

A partir da esquerda: ex-governador José Garcia Neto (MT), Luiz Garcia (SE), a primeira dama Maria Helena Albuquerque Garcia, o governador Gilton Garcia e o presidente Fernando Collor.



O Zerão constitui-se em uma excelente praça de esportes, capaz de receber as equipes de futebol de todo o país, além de servir como palco para espetáculos e grandes eventos.





Na oportunidade da visita do presidente da República a Macapá, foi consolidada a Universidade Federal do Amapá, velho anseio da comunidade estudantil, que conquistaria, ali mesmo, uma graduação superior, evitando a migração para outras unidades da federação e elevando as condições educacionais e sociais do estado.

Outro aspecto importante do governo de Gilton Garcia foi a regularização das finanças do estado, garantindo o pagamento de todos os compromissos financeiros, especialmente os vencimentos dos servidores estaduais. Durante a visita do presidente, o governador salientou que, se não contasse com a atenção por ele dispensada ao Amapá, seria praticamente impossível construir um alicerce forte para a implantação do novo estado.

O presidente Collor, aprovando o desenvolvimento acelerado ocorrido no Amapá, registrou que tudo aquilo se devia ao empenho e as obras do governador, que cumpria fielmente a missão que lhe fora confiada. No seu discurso, proferido durante solenidade acontecida no Teatro de Macapá, rematou: “o sergipano Gilton Garcia é hoje mais amapaense do que muitos que aqui nasceram”.

Muito embora tenha sofrido as penalidades do AI-5, com a cassação do mandato legislativo, suspensão por 10 anos dos seus direitos políticos e aposentadoria compulsória da sua cátedra na Faculdade de Direito, o professor, jurista, orador, conferencista e político Gilton Garcia voltou-se para a advocacia, destacando-se na Tribuna do Júri, na defesa dos direitos individuais, fazendo dali audaciosos pronunciamentos pelo restabelecimento da ordem democrática no país. Projetou-se na defesa dos direitos sociais e individuais e, por isso mesmo, foi levado, por dois mandatos consecutivos, à presidência do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, em Sergipe. Na OAB ele executou um trabalho invulgar, projetando a instituição e protegendo os advogados das ações repressivas do governo militar de 1964.

Como presidente da seccional da OAB-SE implantou a Caixa de Assistência dos Advogados (CAESES), além de organizar cursos e seminários, trazendo a Aracaju conferencistas do porte de Raimundo Faoro, Célio Borja, Aliomar Baleeiro, Seabra Fagundes, Caio Mario da Silva Pereira, dentre outros.

Após recuperar os seus direitos políticos, Gilton Garcia foi eleito deputado federal pelo estado de Sergipe e exerceu, também, importantes cargos na vida pública do estado e do país, dentre eles o de Procurador do Tribunal e Contas do Estado de Sergipe, Procurador Geral de Justiça do Estado, Procurador Geral do Estado, Assessor Legislativo da Presidência da República, Governador do Estado do Amapá, Assessor da Presidência do Senado Federal, Secretário de Assuntos Parlamentares do Estado de Sergipe, Secretário de Estado Chefe da Casa Civil e Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado de Sergipe. Participou de cursos e congressos nacionais e internacionais: Seminário Internacional sobre Administração Pública, em Berlim, Alemanha (1981); Curso de Direito Comparado, em Palma de Mallorca, Espanha (1982); Curso de Extensão sobre Política e Economia, em Brasília (1983) e Seminário da Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional, em Berlim, Alemanha (1987). Recebeu as seguintes condecorações: Colar do Mérito Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe; Colar do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá; Diploma do Mérito Universitário da Universidade do Amapá e Colar da Ordem do Rio Branco, no Grau de Comendador. Publicou vários artigos em jornais sergipanos, pronunciou conferências sobre os mais variados temas da atualidade brasileira e publicou os livros: *Temas de Direito e outros escritos* (2001), com referências de Direito Constitucional, Filosofia do Direito e Sociologia Jurídica; *Al-5 em Sergipe* (40 anos depois); *A História passado a limpo* (2010); e *Luiz Garcia: um governador inovador* (2021). Foi eleito e tomou posse na Cadeira nº 37 da Academia Ser-

gipana de Letras, no dia 6 de junho de 2002, sucedendo a seu pai, o acadêmico Luiz Garcia. É também Imortal da Academia Sergipana de Educação.

Gilton Garcia tomou conhecimento de que era o governador mais popular do Brasil através de pesquisa anunciada pelo Instituto Vox Populi, de Belo Horizonte, apontando 92,4% de popularidade em todo o estado do Amapá.

Em entrevista publicada pela Revista Amazônia Ilustrada, o governador Gilton Garcia acentuou:

Isto não me envaidece. Pelo contrário, me dá mais ânimo para continuar meu trabalho em benefício deste estado, cujo povo reconhece uma administração que não se curvou aos interesses de grupos políticos e econômicos. Reconheço que o amapaense tem sido bastante generoso e compreensivo conosco e considero que esta afetividade, este entendimento entre povo e governo é que vem dando bons resultados administrativos, o que se reverte em benefícios para toda a comunidade.

Gilton Garcia frisou, ainda, que este reconhecimento público pelo trabalho que vinha sendo realizado em todo o estado devia-se aos resultados administrativos alcançados.

Mostramos que viemos aqui com uma tarefa a cumprir, com o objetivo traçado e com o compromisso de apresentar serviços em benefício da população. Não paramos um minuto sequer, porque entendíamos que só assim poderíamos oferecer um estado novo a esta gente que se sentia abandonada pela administração pública.

Gilton Garcia

Efetivamente Gilton Garcia realizou num período de maio a dezembro de 1990, um governo de realizações marcantes no estado do Amapá e deixou um legado de trabalho que o colocou como um dos governadores de maior credibilidade até hoje.



No Amapá (região amazônica), Gilton Garcia realiza uma administração arrojada, empreendedora e voltada para o futuro dos amapaenses. Liderou as pesquisas do Ibope como governador popular.



O governador Gilton Garcia acompanhado do prefeito, vereadores e lideranças locais inaugura obras no Oiapoque, fronteira com a Guiana Francesa. Na segunda foto, o governador de Sergipe (na época), atual ex-senador Antônio Carlos Valadares (terceiro da esquerda para direita).



O governador Gilton Garcia acompanha o início da construção da estrada Macapá-Laranjal da Jari (1990).



Ao tomar posse como governador do Amapá, em 25 de maio de 1990, Gilton Garcia encontrou a capital com suas ruas e avenidas praticamente intransitáveis, cheias de buracos, com o asfalto precisando ser substituído e ampliado.

No interior, o estado de coisas era ainda mais caótico. Não existiam ruas asfaltadas e, no verão, a poeira levantada pelos veículos tornava insuportável a vida dos habitantes, enquanto no inverno a situação se invertia. Era a lama que dificultava o trânsito, atormentando ainda mais a vida da população de cidades interioranas.

A rede hospitalar necessitava urgentemente ser reformada, reaparelhada e ampliada, o mesmo acontecendo com a rede escolar, que exigia reparos e substituição do material escolar. A rede de água e esgotos carecia igualmente de ampliação, reparos e, em muitos casos, de substituição. Prédios de valor histórico encontravam-se completamente abandonados.

Com sua equipe de governo, Gilton Garcia enfrentou de maneira decisiva todos esses problemas, deixando um notável exemplo de eficiência administrativa, propiciando aos amapaenses melhoramentos que pareciam irrealizáveis em tão pouco tempo.

No setor rodoviário foi realizado um amplo programa de obras, com a implantação da estrada de ligação de Macapá com Laranjal do Jari, especialmente o trecho Rio Preto-Santa Clara, de 72 quilômetros de extensão. O trecho beneficiou cinco comunidades e constituiu-se no grande projeto, idealizado pelo governador Gilton Garcia, no sentido de se criar a primeira ligação rodoviária do Amapá com o resto do país, passando por Laranjal do Jari e daí alcançando o estado do Pará.

A construção da estrada Macapá-Jari foi de primordial importância para o desenvolvimento do estado, porque viabilizou economicamente uma das áreas mais produtivas do Amapá, através do desenvolvimento da agricultura, aumentando, com isso, a produção de alimentos. Há de se levar em conta, igualmente, o fato de que a Macapá-Jari foi o primeiro passo para a interligação rodoviária do Amapá com a capital paraense.

O governo do estado pavimentou, também, o trecho Ferreira Gomes-Tartarugalzinho, além da BR-156, com a aplicação da camada asfáltica em 88 km. Como parte do programa de interiorização do desenvolvimento, implementado pelo governador Gilton Garcia, incluiu-se o programa de estradas vicinais, asfaltamento de seis quilômetros do acesso a Porto Grande e quatro

quilômetros do anel viário daquele distrito do município de Macapá.

Na administração de Gilton Garcia, o Departamento de Estradas de Rodagem realizou várias outras obras, a exemplo da ponte sobre o rio Amapá Grande, na BR-156, trecho Rio Preto-Santa Clara-Laranjal do Jari; limpeza nos bairros da cidade de Macapá.

Por outro lado, a Secretaria de Obras e Serviços Públicos atuou em obras importantes como a construção de escolas e postos médicos no centro urbano da capital e nos municípios do interior.

Nesse mesmo diapasão, iniciava-se a construção dos prédios do Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado e concluíram-se os serviços de asfaltamento da cidade de Macapá, onde foram implantados 70 quilômetros de ruas e avenidas.

A distribuição de água potável em todo o estado do Amapá foi uma das metas mais importantes do governador Gilton Garcia.

Com recursos repassados pelo governo estadual a Companhia de Água e Esgotos do Amapá iniciou a contratação de obras de melhoria nos sistemas de distribuição dos municípios de Santana, Mazagão, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Amapá, Calçoene e Oiapoque.

O problema do fornecimento de água potável para a população exigia uma solução rápida que viesse corrigir as distorções do sistema de abastecimento de água, tanto na parte de captação como na de distribuição.



No extremo norte do Brasil, em município do Oiapoque, o governador Gilton Garcia faz a entrega de obras importantes, inclusive o asfaltamento de ruas e avenidas da cidade.

Para solucionar definitivamente o problema de abastecimento de água em Macapá, a Companhia de Águas e Esgotos do Amapá abriu concorrência pública para execução das obras da primeira etapa do Projeto 2010, triplicando a capacidade de produção de água tratada e também da distribuição. Projetou-se, também, uma segunda etapa que seria deflagrada na virada do século, com o objetivo de atender população até o ano 2010.

Segundo a linha mestra do projeto, os benefícios trazidos com o fornecimento de água potável e do saneamento básico atenderiam as cidades de Macapá, Santana, Mazagão, Amapá, Calçoene e Oiapoque.

Para o governador Gilton Garcia,

[...] o Projeto 2010 era uma prioridade do seu governo porque atingia um dos setores mais importantes da administração. O empreendimento constitui-se em um grande passo rumo a solução de um dos problemas cruciais do estado: a má distribuição da água tratada.

Tal fato constituía-se num verdadeiro paradoxo, porquanto a cidade de Macapá, única capital brasileira situada às margens do Rio Amazonas, sofria pela escassez de água potável.

Logo que assumiu o governo do Amapá, Gilton Garcia observou a triste realidade do setor de saúde do estado. As unidades de saúde funcionavam precariamente devido à falta de medicamentos, materiais cirúrgico-hospitalares, rouparia e alimentação. Essas carências vinham causando descontentamentos entre profissionais da saúde, principalmente médicos, que chegaram a paralisar suas atividades, por falta de condições de trabalho.

O governador Gilton Garcia autorizou também a implantação de serviços considerados essenciais, como a instalação dos centros de diagnóstico, fisioterapia e estimulação precoce, que já ofereciam à comunidade os exames de ultrassonografia e mamografia e proporcionando a recuperação física de adultos e crianças, através de modernos equipamentos, como ondas-curtas, eletroestimulador, nebulizador, ultrassom, infravermelho e mesas de tração lombar e cervical. Foi criado ainda um serviço de atendimento às crianças que apresentavam retardo na capacidade psicomotora.

De igual modo, o governador Gilton Garcia autorizou a reforma e adaptação no Pronto-Socorro Osvaldo Cruz. Com os serviços concluídos, a principal casa de saúde de Macapá dispunha de modernas instalações, com Centro Cirúrgico e a Unidade de Terapia Intensiva, que passaram a contar com monitor cardíaco, respirador artificial,

desfibrilador, monitor central e laringoscópio. Os mesmos serviços foram estendidos ao Hospital de Pediatria.

O Hospital Geral de Macapá passou por uma profunda reestruturação em suas dependências físicas, com a reforma e pintura dos seus pavimentos e a implantação de novas salas de atendimento.

Ao assumir o governo do Amapá, Gilton Garcia tomou conhecimento de que era reduzido o estoque de medicamentos essenciais da Secretaria de Saúde, o que causava inúmeros problemas para o setor médico no atendimento dos pacientes de baixa renda, impondo-o a solicitar urgentes providências junto ao então ministro da Saúde, Alcení Guerra, que autorizou a Central de Medicamentos do Pará a fornecer medicamentos que supririam as necessidades da população carente.

Por esta e outras ações, Gilton Garcia cumpriu metas do seu plano de governo, promovendo uma dinâmica ao setor social, melhorando as condições de vida dos segmentos de baixa renda, investindo na educação e na saúde.

Com a missão de dotar o novo estado da Federação de serviços essenciais ao seu desenvolvimento institucional, Gilton Garcia deu passos decisivos para a implantação do sistema judiciário do Amapá, ao definir os projetos e iniciar a construção dos prédios que iriam abrigar o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas e o Ministério Público Estadual.

O EDUCADOR GILTON GARCIA E A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE



Ladeado pelo ministro da Educação Chiarelli e do secretário da Educação, o governador Gilton Garcia assina o ato da criação da Universidade Federal do Amapá.

Como educador, Gilton Garcia preocupou-se com a implantação definitiva da Fundação Universidade do Amapá e conseguiu levar ao Amapá o ministro da Educação Carlos Chiarelli para homologar os estatutos da UNIFAP.

O passo seguinte foi a assinatura do edital do vestibular, a portaria de criação do Conselho de Implantação da Universidade do Amapá e um contrato de cooperação técnica com a Universidade do Pará, visando a realização do primeiro vestibular da UNIFAP.

A Universidade Federal do Amapá passou a funcionar graças ao esforço do governador Gilton Garcia, oferecendo, inicialmente, 450 vagas para os cursos de Letras, Educação Artística, Pedagogia, História, Matemática, Direito, Enfermagem e Secretariado.



O magnífico reitor Paulo Guerra entrega ao governador Gilton Garcia o diploma de Mérito Universitário pelo empenho decisivo da sua administração na criação da Universidade Federal do Amapá.



Vale ressaltar que a coordenação geral do vestibular ficou a cargo de uma equipe da Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialmente contratada pelo governo do estado do Amapá, para participar de todas as etapas de execução do concurso.

Com o apoio financeiro da Secretaria de Educação, o Núcleo do Amapá, em conjunto com a Universidade Federal do Pará, realizou um curso para futuros professores da Universidade do Estado do Amapá, a respeito da metodologia do ensino superior.

O governador Gilton Garcia assinalava que a implantação definitiva da universidade significava a concretização de um velho sonho dos amapaenses, principalmente das famílias de menor poder aquisitivo, que não podiam levar seus filhos para outras cidades, especialmente para Belém, a fim de realizarem o curso superior.

A Universidade do Amapá pautou-se como fator de desenvolvimento e qualificação técnica dos profissionais que atuavam nos diversos setores públicos e privados do estado.

Decorridos 32 anos de sua implantação, a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) se constitui hoje em gratificante realidade, dotada de moderno campi e equipada, graças ao apoio dos representantes amapaenses no Congresso Nacional, especialmente do senador José Sarney.

Além de assegurar o bom andamento do setor educacional, o governador Gilton Garcia, através da Secretaria de Educação e Cultura, preocupou-se com a elaboração do Plano Quadrienal (1991-1994), que traçou as diretrizes para o melhor funcionamento do setor no estado.

Através dessa e de outras medidas, o setor educacional do Amapá passou por uma profunda transformação, com a aplicação de recursos destinados a garantir o funcionamento dos estabelecimentos de ensino.



O então Ministro de Educação, Carlos Chiarelli, em visita oficial ao Governador Gilton Garcia, para comunicar a aprovação da Universidade Federal do Amapá (1990).

Ademais, durante a sua gestão, o governador Gilton Garcia inaugurou escolas e autorizou a reforma de várias outras, como forma de oferecer à clientela estudantil novas vagas, conforto e comodidade, na capital e no interior. Ele preocupou-se, também, com a qualificação do professorado e dos funcionários e técnicos da Secretaria de Educação do Amapá, autorizando que eles participassem, em Manaus, de seminário de manutenção de prédios escolares, realizado no Centro de Treinamento da Secretaria de Educação do Amazonas.

Na área da cultura o governo recuperou o Cine Teatro de Macapá que passou a ser mais um espaço de cultura e lazer, com a apresentação de espetáculos com artistas nacionais e estrangeiros

Visando valorizar a profissão dos artesãos, o governador Gilton Garcia inaugurou a Feira Livre de Arte e Cultura, que passou a funcionar todos os sábados, em frente à Casa do Artesão. O objetivo da feira foi o de proporcionar aos artesãos e artistas do Amapá a oportunidade de exporem e venderem os seus produtos, criando também mais um espaço de lazer e compras para a população.

Outra importante iniciativa do governador Gilton Garcia foi possibilitar a operacionalização dos navios Comandante Sólon e Comandante Idalino de Oliveira na linha Macapá-Belém-Macapá, beneficiando a população regional, que passou a contar com o transporte fluvial-marítimo mais acessível, cômodo e seguro.



Senador José Sarney discursa em homenagem ao governador Gilton Garcia, pela obra administrativa realizado no estado do Amapá. Na foto, da esquerda para direita: desembargador Epaminondas de Andrade Lima, presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe; deputado Nicoldemos Falcão, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe; governador do estado de Sergipe Albano Franco; ex-governador do estado do Mato Grosso, José Garcia Neto; governador Gilton Garcia.



Na Guiana Francesa, na capital Cayena, limítrofe do estado do Amapá, o governador Gilton Garcia foi homenageado com um jantar, tal a repercussão de sua administração e sua ideia visionária a época, sonhando com a construção de uma ponte sobre o rio Oiapoque, interligando o Brasil à Guiana Francesa, via rodovia.

Concluído o seu trabalho em 31 de dezembro de 1990, o governador Gilton Garcia deu como cumprida a sua missão, pelo fato de ter assegurado o desenvolvimento do estado do Amapá, com todas as suas instituições funcionando, promovendo a elevação da qualidade de vida ao povo amapaense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de escrever um livro que registrasse a participação de três políticos sergipanos no cenário administrativo de três estados diferentes da federação brasileira nos levou a pesquisar sobre a vida e a obra de cada um deles: Luiz Garcia, José Garcia Neto e José Gilton Pinto Garcia.

A trajetória política de Luiz Garcia teve início ao ser eleito deputado para a Assembleia Constituinte do Estado, em 14 de outubro de 1934, pela legenda da União Republicana. Em atividade jornalística no Correio de Aracaju, fazia campanhas contra os regimes totalitários que ameaçavam a liberdade da pessoa.

Luiz Garcia alcança a imortalidade em 6 de junho de 1942, ao tomar posse na Cadeira nº 37 da Academia Sergipana de Letras. Na Faculdade de Direito de Sergipe, como professor de Direito do Trabalho, posicionava-se como um dos precursores desse importante ramo do Direito, sempre estimulado pelo estudo das relações do capital e trabalho.

Identificado com o Parlamento, Luiz Garcia elegia-se deputado federal, em quatro legislaturas (1951–1955, 1955–1959, 1967–1971 e 1971–1975 e 1º Suplente de 1979–1983); em 1958 exercia o governo do estado, trazendo para Sergipe uma visão empreendedora e moderna, buscando aprimorar a administração pública estadual e dinamizar os segmentos produtivos, com uma ação desenvolvimentista, pugnando pelo reequipamento da indústria têxtil e da indústria açucareira, bem assim pela instalação de uma fábrica de fertilizantes e de uma indústria de cimento.

Outra ação importante da gestão governamental de Luiz Garcia foi a fundação da Faculdade de Medicina de Sergipe, primeiro passo para o desenvolvimento das ciências médicas e biológicas no nosso estado, e peça preponderante para a formação da Universidade de Sergipe. Foi um dos pioneiros na área da reabilitação física dos portadores de necessidades especiais com a fundação do Centro de Reabilitação Ninota Garcia.

No campo da cultura instalou o Museu de Sergipe, tendo como sede o antigo Palácio Provincial, localizado na cidade histórica de São Cristóvão, objetivando preservar o passado artístico e cultural do estado.

Destacamos, também, que ampla foi a ação do governador Luiz Garcia no setor rodoviário do estado, com a ampliação das estradas de rodagem e a dinamização do sistema de transporte de massa, incluindo a inauguração da estação rodoviária. Sua obra desenvolvimentista consolidou-se com a construção e inauguração do Hotel Palace de Aracaju, marco indelével da sua visão administrativa, uma vez que esta unidade hoteleira serviu para o apoio de todas as ações governamentais na área do turismo por muitos anos.

Estudando a administração de Luiz Garcia, não poderíamos deixar de focalizar a presença do engenheiro José García Neto, que, apesar de ter migrado para o Mato Grosso, onde se estabeleceu, constituiu família, atuou como político e prestou, também, serviços de importância, no exercício de diversos cargos da administração pública de Sergipe.

Na primeira eleição pelo voto direto, Garcia Neto foi eleito prefeito de Cuiabá, em outubro de 1954, pela União Democrática Nacional. Ao concluir o seu mandato de prefeito de Cuiabá, foi convocado por seu irmão, Luiz Garcia, eleito governador de Sergipe, para dirigir o Departamento de Estradas de Rodagem de Sergipe e o Serviço de Água e Esgoto de Sergipe.

A missão de Garcia Neto em Sergipe encerrou-se com a renúncia do governador Luiz Garcia, que concorreu a uma das vagas no Senado Federal. Retornou a Mato-Grosso e elegeu-se deputado federal, nas eleições de 1966, com a maior votação do estado, pela Aliança Renovadora Nacional.

Nos anais da Câmara dos Deputados está vinculada a presença de Garcia Neto, um dos poucos deputados da base do governo que discursaram condenando a iniciativa do presidente da República, General Artur da Costa e Silva, no episódio do pedido da licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves, pronunciando-se em defesa da imunidade parlamentar.

De igual forma, registrou-se no seu primeiro mandato de deputado federal, projeto de lei autorizando o poder executivo a criar a Universidade Federal de Mato Grosso, com sede em Cuiabá. Esclareceu que a Universidade Federal em Cuiabá, uma vez criada, seria a base técnico-cultural para que os brasileiros de Mato Grosso e de outras terras avançassem na conquista do território.

Em 1970, Garcia Neto foi reeleito deputado federal, também com maior votação em todo o estado (13% dos votos válidos), e exerceu o mandato na defesa dos interesses do Mato Grosso, pugnando pela volta da democracia em nosso país, seguindo os passos do grande jurista e democrata deputado Célio Borja, líder do governo, do qual Garcia Neto teve a honra de ser vice-líder.

Eleito em 15 de novembro de 1974, governador do estado de Mato Grosso, Garcia Neto tomou posse em 15 de março de 1975, executou um plano de trabalho vitorioso, com as experiências vividas em Sergipe, na administração do governador Luiz Garcia, valendo destacar as obras de ligação de residências da população pobre ao abastecimento de água potável.

Semelhante ao governo que serviu em Sergipe, Garcia Neto deu início a obras de pavimentação nas rodovias do estado, construindo,

inclusive estação rodoviária na capital. Fundou, em 1976, o Centro de Reabilitação Integral Dom Aquino Corrêa, responsável pela formulação e execução da política de atenção aos diferentes físicos, no âmbito estadual, prestando serviços à população do estado do Mato Grosso.

A gestão de Garcia Neto, à frente do executivo de Mato Grosso foi, especialmente, pontilhada de ações governamentais, voltadas para o lado social, além de haver realizado obras estruturais, visando a integração da Amazônia, entre elas a pavimentação asfáltica das rodovias federais, a construção da estrada Cuiabá-Santarém e da Hidrelétrica do Funil, com o aproveitamento das águas do rio Cuiabá.

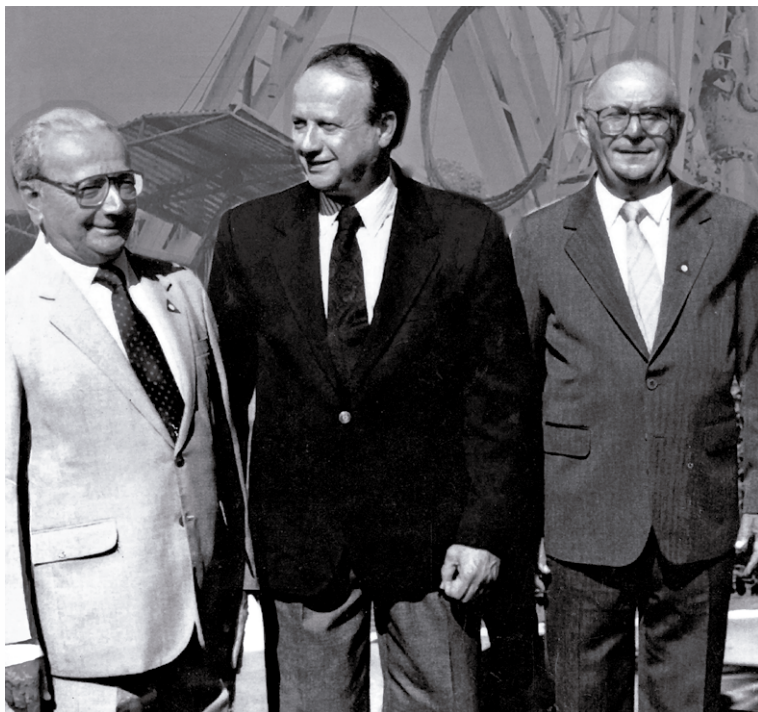
Gilton Garcia foi o terceiro político integrante da mesma família a exercer o cargo governamental em outro estado da federação, onde no curto período de sete meses (25/05/1990 a 31/12/1990), à frente dos destinos do estado do Amapá, realizou inúmeras obras públicas e destacou-se, à época, como o governador mais popular do Brasil.

A documentação e iconografia apresentadas nesta pesquisa testificam as obras idealizadas e construídas pelo governador Gilton Garcia, a exemplo do estádio de futebol, mais conhecido como Zerrão, assim denominado pelo fato de que foi edificado no mesmo local onde passa a linha imaginária do equador, ou seja, o Marco Zero.

Gilton Garcia preocupou-se, também, em construir os prédios do Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado, ampliar os serviços de asfaltamento da cidade de Macapá, e implantar a estrada Macapá-Jari, obra de importância para o desenvolvimento do estado, porque viabilizou economicamente uma das áreas mais produtivas do Amapá.

Seguindo a linha histórica traçada pelo governador Luiz Garcia, na idealização da Universidade Federal de Sergipe e do governador José Garcia Neto, com a Universidade Federal de Mato Grosso,

Gilton Garcia preocupou-se com a fundação da Universidade do Amapá, considerando que essa instituição era um velho sonho dos amapaenses, principalmente das famílias de menor poder aquisitivo, que não podiam levar seus filhos para outros estados, a fim de realizarem o curso superior.



Esta pesquisa documenta um fato único, o de três cidadãos de uma mesma família marcarem de forma tão peculiar a história de três estados brasileiros: Sergipe, Mato Grosso e Amapá.

Formato: 15cm x 21 cm
Tipologia: Alegreya Sans
Papel miolo: Pólen 80gr
Segrase Gráfica e Editora

O livro apresenta: três políticos natos, nascidos no estado de Sergipe e oriundos da mesma família, que alcançam, pelos seus méritos pessoais e respaldados pela vontade popular, o governo de três diferentes Unidades Federativas, deixando, ao término de seus mandatos, a imagem de administradores capazes e homens públicos totalmente devotados, principalmente, a população mais humilde de seus estados.

Na leitura do texto, o leitor, certamente, terá uma retrospectiva de períodos marcantes do desenvolvimento de três estados brasileiros, em uma verdadeira e rica demonstração do sucesso de políticos oriundos da mesma árvore genealógica e de suas ações de governo.

Espero que aprendam, assim, como o Brasil tem avançado, de forma sustentada, rumo ao seu destino de grande potência mundial, fruto do trabalho de inúmeras e sucessivas gerações de homens públicos, de inigualável valor.

Fernando Collor

